



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**EDIMEIRE MAIA DE PAULA**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
UM ESTUDO NO CONTEXTO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS-BA**

Amargosa-Bahia  
2022

EDIMEIRE MAIA DE PAULA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
UM ESTUDO NO CONTEXTO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS-BA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como obtenção do título Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Mariana Martins de Meireles

Amargosa - Bahia  
2022

**EDIMEIRE MAIA DE PAULA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, pela seguinte banca examinadora.

*Mariana Martins de Meireles*

**Mariana Martins de Meireles – Orientadora**

Doutora em Educação e Contemporaneidade - UNEB  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

*Terciana Vidal Moura*

**Terciana Vidal Moura - Examinador 01**

Doutora em Ciências da Educação - Universidade do Minho  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

*Djeissom Silva Ribeiro*

**Djeissom Silva Ribeiro - Examinador 02**

Doutorado em Educação - UNESP  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Amargosa, 18 de março de 2022.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos. (Fernando Pessoa)

Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós. (Antoine de Saint-Exupéry)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir estar bem e concluir este curso, que está ampliando meus conhecimentos, além de alcançar as metas que farão diferença em meu futuro como ser humano e profissional. E ao Espírito Santo por me conceder discernimento e força frente às muitas batalhas e desafios que enfrentei durante este curso e realização do trabalho final.

Gratidão à minha família. Foi nela que encontrei abrigo para vencer as atribuições impostas durante este desafio. Agradeço aos meus filhos Maury e Luiza por compreender minha ausência causada pela carga horária semanal de trabalho e pela dedicação noturna na realização deste curso, vocês sabem o quanto é essencial para mim, e para nosso futuro. Não poderia esquecer meu esposo (Marcinho) que abriu mão dos nossos finais de semana e feriados, pois era o tempo disponível que tinha para se dedicar as atividades propostas. A você irmã (Nete) que mesmo distante se faz presente preocupando-se com minha evolução e meus dias como irmã e acadêmica. Aos meus pais Agnaldo e Joana meus exemplos de vida, aos meus irmãos Ednaldo e Elinaldo, aos meus sobrinhos Maysa, Lucas e Filipe minha gratidão por sonhar meus sonhos.

De modo especial agradeço aos professores Djeissom Ribeiro e Terciana Vidal que aceitaram fazer parte da banca de apresentação do meu trabalho final, também, não posso esquecer de todos os professores que foram essenciais na minha carreira acadêmica com ensinamentos precisos em todos os momentos, a vocês meus sinceros agradecimentos.

Dizem que os amigos da faculdade são aqueles que vamos levar para a vida toda e disso, eu tenho total certeza. (Jaque, Val, Biela, Raissa, Miry e Adriano) quando se tem amigos como vocês, viver se torna um turbilhão de grandes sentimentos. Desde nossas loucas aventuras, aos momentos de prolongadas risadas, todo o tempo que passamos juntos foi uma verdadeira bênção. E eu vou guardar cada um desses instantes em meu coração. Falar de amigos verdadeiros e falar também das minhas amigas irmãs Jeane, Miralva, Marta, Rita Nádía, Jô, Vanusa, Silvana ... que muito contribuem para a minha vida. Amo vocês!

Meu agradecimento aos colegas que compartilhavam o transporte e que também eram companheiros no percurso diário, grata aos motoristas Joel por todo cuidado e carinho e ao inesquecível Gazo (in memoria) pela parceria durante o tempo que tivemos o privilégio de tê-lo por perto.

Agradeço a minha Orientadora professora Mariana Meireles. Gratidão, a você que não desistiu de mim. A vida me ensinou que devemos ser sempre gratos. Gratos pelas bênçãos que recebemos e a tudo que encontramos no Universo e, principalmente, gratos pelas pessoas que atravessam a nossa vida e que nela se instalam, trazendo ensinamentos pessoais e profissionais. Por esse motivo que sou grata a você, querida professora Mariana Meireles, que de uma forma tão especial entrou em minha vida e cruzou o meu caminho, passando a orientar de maneira única e exclusiva o nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Lembo-me que no 5º semestre já sabia que queria meu TCC com tema voltado para as Escolas do Campo e foi nessa certeza que te escolhi, no componente Pesquisa em Educação, ministrado pela professora Erica Bastos. Nesse período, quando a professora pediu que falássemos um pouco sobre nós, sobre nosso tema e se já tinha orientador, não pensei duas vezes, e falei já tenho meu tema e orientador, ela não sabe ainda, e nem te conhecia mas já escutava pelos corredores do CFP coisas lindas sobre sua pessoa. Foi então que no 6º semestre, durante o componente de Ensino e Aprendizagem da Geografia que tive o privilégio de te conhecer. Então, de uma forma tímida e receosa te convidei para ser minha orientadora, foi uma das melhores escolhas que fiz na Universidade. Anos se passaram e nos distanciamos com as nossas rotinas. Mas daí, você me procurou nas redes sociais, pediu meu número de telefone e sinceramente naquele momento eu não queria ter escolhido você nem outro professor porque quase dois anos depois, inclusive com uma pandemia nesse percurso, muita coisa havia mudado em minha vida, já não sentia estímulo, nem vontade de continuar. Mas você, com sua insistência para saber como eu estava e como poderíamos fazer para marcarmos um encontro, começou a mandar leitura, recadinhos e não desistiu de mim. Sua insistência me ajudou a concretizar um sonho que não é apenas meu, este é um sonho, também, dos meus maiores e melhores motivos “minha família”. Obrigada por fazer parte da minha história!

PAULA. Edimeire Maia de. **Gestão democrática e Educação do Campo: Um estudo no contexto São Miguel das Matas-BA**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, Amargosa, 2022, p. 63.

## RESUMO

O presente estudo monográfico intitulado: “*Gestão Democrática e Educação do Campo: um estudo no contexto de São Miguel das Matas – Ba*” tem o objetivo de investigar processos relacionados a gestão escolar no contexto da Educação do/no Campo. Desse modo, apresenta uma reflexão a partir de dados que correspondem ao interstício de uma gestão do Poder Executivo Municipal (2017- 2020). Além desses dados, buscou-se informações, também, sobre o período de transição para uma nova gestão ocorrida em 2021, observando os impactos dessa estrutura na gestão de escolas do campo. Esta pesquisa tem relevância por estudar aspectos presentes no contexto educacional das Escolas do Campo do município de São Miguel das Matas-Ba, tal temática torna-se importante em função da relação que se estabelece entre os princípios da educação do campo e os pressupostos da gestão democrática. Nesse contexto, buscou-se com este trabalho responder o seguinte problema de pesquisa: De que modo se organiza e se efetiva a gestão das escolas do campo no município de São Miguel das Matas-BA? Para tanto, organizou-se os seguintes objetivos: 1) Investigar como se organiza e se efetiva a gestão das escolas do campo no município de São Miguel das Matas-BA; 2) Mapear aspectos e informações em relação as escolas do campo e suas respectivas equipes gestoras; 3) Analisar em que medida as formas de organização da gestão das escolas do campo se aproximam ou se distanciam dos princípios defendidos pela gestão democrática. No decorrer da investigação, chegou-se a compreensão que há limites para exercício da gestão democrática no contexto em estudo, apontando para as possibilidades de desenvolver uma gestão democrática através de ações que possibilitem a descentralização de poder e a participação efetiva de todos que fazem parte da escola. Desta forma, podemos inferir que a gestão é extremamente importante para uma gerência do contexto educacional, cujos precedentes históricos anunciam distância entre demandas educacionais e contextos sociais. Todavia, com lutas e viabilização com atores sociais envolvidos no contexto educacional, ganham-se forças os modelos democráticos de gestão, sendo essa, uma perspectiva interessante para defesa do projeto da Educação do/no Campo. Ademais, torna-se urgente refletir e efetivar um modelo de gestão democrática nas escolas do campo, uma vez que, os princípios da educação do campo defende que se fortaleça as relações entre escola e comunidade, entre sujeitos e seus processos formativos.

**Palavras-chaves:** Educação do Campo; Gestão Democrática; Gestão Escolar

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....                                       | 11 |
| I. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS.....                                      | 15 |
| 1.1 Histórico da educação do campo no Brasil .....                 | 16 |
| 1.2 Gestão Democrática e a defesa pela Educação do Campo .....     | 21 |
| II. PERCURSO METODOLÓGICO.....                                     | 26 |
| 2.1 Abordagem qualitativa de Pesquisa e a Análise Documental ..... | 27 |
| 2.2 Lócus da Investigação: alguns dados do campo.....              | 28 |
| III. ANÁLISE DE DADOS .....  | 32 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 57 |
| REFERÊNCIAS.....   | 62 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 01 – Escolas do Campo e suas respectivas localidades .....  | 29 |
| Tabela 02 - Total de alunos por ano e escola (2017 a 2021).....    | 34 |
| Tabela 04 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 37 |
| Tabela 05 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 37 |
| Tabela 06 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 38 |
| Tabela 07 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 39 |
| Tabela 08 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 40 |
| Tabela 09 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 41 |
| Tabela 10 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 41 |
| Tabela 11 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 42 |
| Tabela 12 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 43 |
| Tabela 13 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 44 |
| Tabela 14 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 46 |
| Tabela 15 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)..... | 47 |
| Tabela 16 - Provimento do cargo de direção escolar Polo I.....     | 50 |
| Tabela 17 - Provimento do cargo de direção escolar Polo II.....    | 51 |
| Tabela 18 - Provimento do cargo de direção escolar Polo III .....  | 52 |
| Tabela 19 - Gestão escolar por Escola .....                        | 52 |
| Tabela 20 - Gestão escolar por Escola .....                        | 53 |
| Tabela 21 - Gestão escolar por Escola .....                        | 55 |

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE- Atendimento Educacional Especializado

BA - Bahia

CFP - Centro de Formações de Professores

ENERA - Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MST - Movimento dos trabalhadores Sem Terra

PAR- Plano de Ações Articuladas

PME- Plano Municipal de Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UEX- Unidade Executora

UFRB - Univesidade Federal do Recôncavo da Bahia

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

No presente estudo monográfico intitulado: “*Gestão Democrática e Educação do Campo: um estudo no contexto de São Miguel das Matas – Ba*” apresenta-se uma reflexão a partir de dados que correspondem ao interstício de uma gestão do Poder Executivo Municipal (2017- 2020). Além desses dados, buscou-se informações também sobre o período de transição para uma nova gestão ocorrida em 2021, observando os impactos dessa estrutura na gestão de escolas do campo. Cabe evidenciar que a escolha por esta pesquisa tem relevância por estudar aspectos presentes no contexto educacional das Escolas do Campo do município de São Miguel das Matas-Ba, tal temática torna-se importante em função da relação que se estabelece entre os princípios da educação do campo e os pressupostos da gestão democrática.

O interesse pelo tema em discussão foi se reafirmando no percurso formativo do Curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Formação de Professores o qual ingressei em 2015.2. Outro aspecto que justifica a escolha deste tema envolve a minha trajetória de vida como sujeito do campo, aluna do campo e com atuação no cargo de direção escolar nos anos de 2018 a 2020 no município de São Miguel das Matas-BA. Habitei o espaço rural por mais de vinte anos e conheço as dificuldades devido à ausência da oferta de ensino no local de moradia e os desafios que os alunos do campo enfrentam ao se deslocarem diariamente para áreas urbanas para cursarem o ensino fundamental anos finais e ensino médio. Isso significa que a falta de escola nas áreas rurais é um problema histórico que deve ser enfrentado. Visto que, compartilhamos do entendimento de que a educação é um direito constitucional que contribui para a formação do ser humano.

Nesse contexto, buscou-se com este trabalho monográfico responder ao seguinte problemas de pesquisa: *De que modo se organiza e se efetiva a gestão das escolas do campo no município de São Miguel das Matas-BA?* Para tanto, organizou-se os seguintes objetivos: 1) Investigar como se organiza e se efetiva a gestão das escolas do campo no município de São Miguel das Matas-BA; 2) Mapear aspectos e informações em relação as escolas do campo e as suas respectivas equipes gestoras; 3) Analisar em que medida as formas de organização da gestão das escolas do campo se aproximam ou se distanciam dos princípios defendido pela gestão democrática.

No que se refere aos pressupostos teóricos, o presente trabalho elucida questões relacionadas a educação do campo e suas formas de gestão, com destaque para o debate sobre gestão democrática. Desse modo, fundamenta-se em autores como: Caldart (2002); Caldart e Santos (2008); Martins (2009, 2020); Lima (1998), Paro (2010) dentre outros autores que procuram, em suas pesquisas problematizam questões importantes no contexto da Gestão Democrática nas Escolas do Campo.

Conforme Caldart (2002), a educação do campo preocupa-se com a formação da identidade e da autoestima, reforçando sentimentos de pertencimento e identidade ao lugar de origem, bem como os saberes e valores desse povo e a preservação da vida. Nesse sentido, compreende-se que a gestão das escolas do campo deve ser alicerçada nos ideários e nas necessidades que fazem parte desse contexto.

Segundo Caldart e Santos (2008), o termo e o conceito de Educação do Campo surge dos movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) os quais reivindicam iniciativas na oferta de educação pública nas escolas localizadas no Campo. Para Martins (2009, p. 5), “O campo é mais que uma concentração espacial geográfica; é o cenário de uma série de lutas e movimentos sociais; é ponto de partida para uma série de reflexões sociais”. Desse modo, acontece uma batalha entre a população do campo e os movimentos sociais no sentido de lutar contra as injustiças em prol da Educação Campo, que é marcada por ausências de políticas públicas, e quando estas existem resultam da luta dos camponeses em busca de garantias de direitos historicamente negados.

Nesta perspectiva, Martins (2020), destaca que os sujeitos sociais, historicamente negados ao acesso aos direitos de cidadania, organizam-se em movimentos que buscam, entre outras coisas, o acesso a esses direitos, promovendo um processo democrático. Consideramos que uma gestão democrática luta pelas ideias de um lugar e materializa um conceito de governo preocupado com o desenvolvimento da comunidade escolar e de seus alunos. Acreditamos que a participação de toda a comunidade escolar nas decisões escolares é essencial porque nos permite criar um espaço de diálogo, discussão e troca de saberes e valores.

Conforme Licínio Carlos Lima (1998):

A expressão gestão democrática é por natureza plurissignificativa, seja ao nível das representações sociais e dos discursos de todo tipo (político, administrativo, pedagógico e até mesmo acadêmico), seja ao nível das práticas. O nosso ponto de vista é de que na prática, tal ambiguidade e oscilação semântica têm sido aproveitadas frequentemente por diferentes forças e setores (desde logo pela administração central e pelos professores e suas organizações sindicais), servindo diferentes objetivos, interesses e estratégias (LIMA, 1998, p. 252).

Como aponta Lima (1998), os diversos significados utilizados por sujeitos sociais diversos e distantes se materializam não apenas em discursos, mas também em práticas diferentes e até antagônicas. Desse modo, o que se pretende, “evidenciar os elementos

específicos de uma gestão democrática das escolas do campo e sua contribuição para um sistema efetivamente democrático” (MARTINS, 2020, p. 100). Nesse sentido, a promoção de uma gestão democrática de escolas com especificidades exige o reconhecimento e a incorporação dessas especificidades nas práticas de gestão.

No que se refere a metodologia, este trabalho adota os pressupostos da pesquisa qualitativa, considerando sua aproximação e preocupação com as questões que envolve o debate sobre gestão escolar e educação do campo. Para tanto, utilizou-se como perspectiva de coleta de dados a análise documental, especificamente dados extraídos do Plano Municipal de Educação de São Miguel das Matas-BA; Censo escolar (2017-2021); Projeto Político Pedagógico das escolas do campo de São Miguel das Matas; além de outros documentos pertencentes ao acervo da Secretaria Municipal de Educação. Após a coleta de dados, realizou-se uma leitura exaustiva e um trabalho de extração de informações que foram organizadas e analisadas ao longo deste trabalho monográfico.

Ademais, a presente monografia encontra-se estruturada da seguinte forma: Considerações Iniciais, por meio da qual se apresenta a temática de estudos, as motivações, o problema de pesquisa e objetivos. O primeiro capítulo onde se estabelece um diálogo com as categorias teóricas e os respectivos autores que fundamentam o estudo. O segundo capítulo constam as perspectivas metodológicas adotadas para realização da pesquisa, com destaque para abordagem qualitativa e uso da análise documental. O terceiro capítulo compreende o capítulo de análise de dados, neste capítulo expõe-se os dados extraídos dos documentos analisando, esboçando-se uma análise sobre os mesmos. Por fim, constam as considerações finais e as referências.

Diante da proposta da referente pesquisa esperamos que os resultados obtidos sirvam para análise e reflexão para outros pesquisadores que virão a ter interesse por essa problemática, a saber: gestão democrática nas escolas do campo. Esse assunto deve ser pensado de forma compreensiva e humanizada, pois o objetivo da gestão escolar democrática é reunir escolas, pais e sociedade para promover uma educação de qualidade que incentive a participação de todos. Por isso, é preciso garantir a igualdade de acesso à educação, com um currículo alicerçado nas realidades de cada comunidade a partir de suas culturas e saberes adquiridos ao longo de suas convivências no/com o campo.

## **I. APROXIMAÇÕES TÉORICAS**

## 1.1 Histórico da educação do campo no Brasil

Desde a Constituição Federal de 1988, é possível dizer que o país avançou significativamente na busca do direito à educação, com o declarado reconhecimento da educação como bem público neste documento legal do Estado brasileiro. Passados vinte e cinco anos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passa por uma significativa transição de democratização. Dentre os diversos aspectos propagados na linguagem constitucional, destaca-se o Inciso VI do artigo 206, que estabelece como princípio a governança democrática na educação pública.

Considerar que a luta pela educação do campo deve continuar além do disposto na Constituição de 1988, na LDB, na Lei 9.394/96, no Pronera, nas Diretrizes Operacionais, no Procampo, no Decreto Presidencial ao final do governo Lula e no Pronacampo. Nesse contexto, é fundamental compreender os desafios do Procampo e do Pronacampo como políticas públicas, interpretando as tensões estabelecidas entre os movimentos sociais camponês e o Estado. O embate entre essas duas categorias resultou em experiências históricas e auxiliou no direcionamento das massas para outras formas de luta, enquanto sujeitos de direitos. Considera-se Pronacampo o:

Conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades. (Pronacampo/MEC, 2012, p. 04).

É importante destacar que, a experiência do Pronera em diversas áreas de atuação influenciou a concepção e elaboração de novas políticas públicas, com foco no desenvolvimento do campo por meio de iniciativas educacionais que auxiliam na formação de sujeitos, como o Programa de Assistência ao Ensino Superior (Procampo). Esta iniciativa promove a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação ao ar livre nas escolas secundárias públicas de todo o país, com especial enfoque na preparação de educadores para a docência nos anos finais do ensino básico e secundário.

A aprovação do Procampo partiu do reconhecimento da necessidade de formação inicial dos educadores/as do acampamento. Contribuiu para fortalecer a discussão sobre as políticas

públicas de educação e enfrentar, com seriedade, questões que antes não haviam sido discutidas pelo governo brasileiro. Como evidencia a história do país, a política educacional, antes voltada para o campo, viu essa área como extensão da cidade, fazendo com que instituições de ensino, currículos e educadores fossem realocados dos centros urbanos para o campo.

O Pronera surgiu a partir de conversas colaborativas realizadas durante o I ENERA. Devido ao alto índice de analfabetismo e aos baixos níveis de escolarização entre os beneficiários dos Programas de Reforma Agrária, foi dada prioridade à alfabetização de crianças e adultos, tendo em vista outras opções de educação do campo. Segundo Silva, (2010), o Pronera é o resultado da interminável luta dos movimentos sociais de campo que desponta no país com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos assentados trabalhadores rurais, fortalecendo o mundo rural como território da vida coletiva. É também uma importante conquista da educação do campo no âmbito do poder político e da legislação educativa, pois estabelece em seu Art. 2º alguns princípios da educação do campo, como veremos a seguir:

I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010, p. 02)

Como política pública, o PRONERA tem como base a governança participativa e a descentralização das ações das instituições públicas envolvidas na educação. Essas instituições, através de projetos, possibilitam a oportunidade de exercitar e realizar ações com a coparticipação dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais,

instituições de pesquisa, governos estaduais e municipais, em prol do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social (BRASIL, 2010).

Os avanços e reivindicações históricas encontradas na Constituição de 1988 contribuíram para o acúmulo de forças e fortalecimento dos sujeitos envolvidos nesse processo de formação. Ainda em seu Art. 206 estabelece princípios de como o ensino será ministrado:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

A Carta Magna, ao instituir o direito à educação básica e incluir todos os níveis e modalidades de ensino, criou a possibilidade de reposicionar a educação do campo no cenário educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, estabelece e regulamenta as diretrizes gerais da educação e seus diversos sistemas educacionais e trouxe "avanços" e proporcionou vitórias relacionadas às políticas educacionais para o campo;

O artigo 28 da referida lei nomeia direção específica para uma escola do campo ao afirmar que:

- Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
  - II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
  - III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, art. 28).

Houve reconhecimento legal neste artigo de que a escola do campo deve conscientizar os alunos para o fato de que há uma distinção e que as áreas rurais devem ser colocadas em prática de várias maneiras. O inciso I propõe que os currículos e métodos de ensino e

aprendizagem sejam desenvolvidos de acordo com as realidades das várias regiões rurais do país. Os incisos II e III preocupam-se em como pensar o trabalho na escola de forma prática e como educar socialmente em uma sociedade que possui características próprias em termos de plantio e colheita com realidades distintas.

Neste sentido, Caldart (2012), nos auxilia a entender o surgimento da expressão “Educação do Campo”:

O surgimento da expressão ‘Educação do Campo’ pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho (CALDART, 2012, p. 257-258).

Entende-se que, após a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, reforçou - se a inclusão da educação do campo na agenda pública. Esta Conferência nos mostrou que somente é possível trabalhar por uma Educação Básica do Campo vinculada ao processo de construção de um Projeto Popular para o Brasil, que inclui necessariamente um novo projeto de desenvolvimento para o campo e a garantia de que todo o povo tenha acesso à educação.

A referida Conferência foi fruto de um longo processo de luta do povo organizado do campo, lutas nas quais se envolveram sem-terra, camponeses, quilombolas e indígenas, obtendo a especificidade da educação do campo associada à produção de vida, conhecimento, e cultura, e recomendando ações para escolas e comunidades. A luta por uma educação do campo segundo Caldart, é reconhecida pelo “o povo do campo como sujeitos das ações e não apenas sujeitos às ações de educação, de desenvolvimento, e assumem como sua tarefa educativa específica de ajudar às pessoas e às organizações sociais do campo para que se vejam e se construam como sujeitos, também de sua educação” (2004, p. 151-152, grifos da autora). Então, para garantir que a população rural tenha acesso e receba uma educação que atenda às suas necessidades, o ponto de partida para a seleção dos materiais curriculares deve ser baseado em sua cultura, de forma que valorize as diferenças regionais e características únicas. É uma questão de educação dentro e fora da sala de aula, porque a I Conferência é vista como uma plataforma para reconhecer a sala de aula como lugar de vida e de sujeitos que afirmam sua autonomia e

emancipação. Nele, foram debatidas as condições da educação em relação às questões de acesso, permanência e promoção dos alunos, bem como a qualidade da educação, condições de trabalho e formação de professores, além dos modelos de educação de resistência que se destacam como experiências inovadoras no meio rural.

A educação do campo não é uma educação desarticulada nos materiais que compõem o campo em movimento, não há um projeto em disputa para organizar a vida e a produção no campo; ao contrário, há duas lógicas principais: uma consiste principalmente em considerar o campo como um local de produção de bens mercantis para satisfazer os interesses do capital, ou seja, a fase atual confirma uma aliança entre diversos setores da agroindústria, incluindo o comércio transnacional e o capital bancário, uma aliança no que constitui agronegócio, e, por isso, o agronegócio é uma forma de persuasão, que prejudicam o meio ambiente, a água, e há um agravante significativo: as pessoas da cidade não sabem que o que estão consumindo é tóxico. O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxico.

Como nos afirma Molina e Sá (2012),

[...] a concepção de escola do campo a ser tratada aqui se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte desta luta. A especificidade desta inserção se manifesta nas condições concretas em que ocorre a luta de classes no campo brasileiro, tendo em vista o modo de expansão do agronegócio e suas determinações sobre a luta pela terra e a identidade de classe dos sujeitos coletivos do campo (MOLINA, SÁ, 2012, p. 327).

Como resultado, a educação rural está se tornando mais do que apenas um campo de batalha, para o ensino, é também um espaço colaborativo de resistência a modelos econômicos, métodos de exploração e injustiças sociais.

Outra lógica de organização da vida e da produção é a camponesa, que, a partir dos pequenos agricultores ribeirinhos, quilombolas e indígenas de todas essas comunidades que sempre existiram no campo, busca uma educação que os ajude em sua vida e produção. Para Santos e Miranda (2017 p. 139) “A educação do campo tida como uma ‘política pública de desenvolvimento’ de áreas rurais está voltada para a população camponesa, os quais possuem extrema ligação com o campo, vivem nele e é dele que tiram sua subsistência.” Assim o campo é um lugar de produção de vida, de cultura do conhecimento, onde o saber e o fazer estão indissociavelmente ligados e inseparáveis o tempo todo. Essa formação tem como foco o

conhecimento científico e o fazer camponês com base na diversificação cultural, na produção de alimentos saudáveis e no desenvolvimento de novas relações com as pessoas e com o meio ambiente.

Quando dizemos que educação é do e no Campo, nós queremos dizer que as pessoas do campo têm o direito de ter escola no lugar onde vive. Não basta ter uma escola no campo, também é necessário ter uma escola do campo. Isso significa que a educação, ou escolarização, deve começar com as pessoas do campo, levando em conta sua cultura, história, memórias e crenças para formar um processo de aprendizagem.

Para garantir que a população do acampamento tenha acesso e receba uma educação que atenda às suas necessidades, o ponto de partida para a seleção dos materiais curriculares deve ser baseado em sua cultura, de forma que valorize as diferenças regionais, características, identidades sociais e políticas. É uma questão de educação que deve acontecer dentro e fora do campo, pois “[...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; [...] o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2004, p. 26).

## **1.2 Gestão democrática e a defesa pela Educação do Campo**

Na tentativa de fazer valer os direitos da população camponesa, a educação é consagrada como direito de todos na Constituição de 1988. A Constituição brasileira de 1988 foi fruto das lutas populares que instauraram a democracia. Os protagonistas dessa história reafirmam o direito de ter uma escola que contribua para o desenvolvimento do país. A gestão democrática da educação se dá em um amplo contexto de lutas e conquistas da sociedade brasileira na forma de maior participação nas decisões do serviço público e maior visibilidade ao longo da década de 1980, o que resultou em diversos dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, que, em seu Art. 206, estabelece a educação como um de seus princípios.

De acordo com os artigos 12 e 13 da LDB, a gestão democrática também se reflete nas responsabilidades dos educadores e dos sistemas educacionais. Nesse sentido, as instituições educativas devem colaborar com as famílias e comunidades para desenvolver processos de integração da sociedade com a educação. Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e desempenho de seus alunos, bem como a implementação de sua proposta educacional. De acordo com a LDB, as responsabilidades dos professores incluem a participação no

desenvolvimento da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, bem como a participação nas atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

De acordo com art. 14, os sistemas educacionais devem definir normas para a gestão democrática da educação pública na educação básica de acordo com suas características únicas, de modo a garantir a participação efetiva dos profissionais da educação no desenvolvimento do projeto pedagógico da escola, bem como a participação do público escolar e local, comunidades e conselhos escolares ou equivalentes. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 LDB, reafirma o princípio da gestão democrática em seu Art. 14 quando afirma:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 23)

Desse modo, a educação do campo deve ser vista não apenas como um modo de instrução, mas também como uma política pública que garante à população camponesa os mesmos direitos educacionais que o restante da população, com uma educação do campo congruente com a cultura e identidade camponês.

As lutas e resistências dos movimentos sociais no campo por uma educação diferenciada resultaram em alguns sucessos que se materializaram na Constituição de 1988 e na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96), sendo de grande importância para educação porque considera a educação um processo complexo que ocorre tanto na escola como no local de trabalho. Com base em batalhas, a educação do campo conquistou a aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 04 de dezembro de 2001 - Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo e Resolução CNE/CEB nº 1, aprovado em 3 de abril de 2002.

A LDB (9.394/1996) abriu espaço para a inovação pedagógica no meio rural ao reconhecer a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, prenunciando uma educação fundamental que considere as diferenças regionais e locais. A partir do pano de fundo histórico da educação campal, as reflexões mostram que o processo de educação do campo sempre esteve ligado aos movimentos sociais pois, “[...] para o MST, a conquista da terra nada

adiantará se não vier acompanhada de uma educação de classe voltada para os interesses dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores rurais em particular [...]” (NETO, 2009, p. 7). Como resultado, uma nova educação é agora necessária para fortalecer uma nova comunidade de educadores.

É necessário elaborar um currículo democrático, passando a discussão do mesmo por toda a comunidade escolar, bem como a comunidade em que a escola está inserida, para que os alunos expressem suas necessidades e dificuldades, promovendo assim a melhoria da comunidade em que vivem, elaborando um currículo equitativo e não discriminatório que inclua todos os alunos.

É preciso trabalhar a identidade e a cultura dos camponeses, valorizando-os como sujeitos com latitudes culturais e valores relacionados à terra. Tratar o campo como local de trabalho, cultura e produção de conhecimento em sua relação com a existência e sobrevivência. Como construção coletiva, implica uma concepção de gestão condizente com essa afirmação, aqui denominada "gestão democrática participativa". Estamos aqui para definir um conceito de Paro (2010) por ser aquele que mais se alinha com o conceito de gestão escolar na perspectiva da educação do campo:

Administração escolar inspirada na cooperação recíproca entre os homens deve ter como meta a constituição, a escola, de um novo trabalhador coletivo, que sem constrangimento da gerência capitalista e da parcelarização desumana do trabalho, seja uma decorrência do trabalho cooperativo de todos os envolvidos no processo escolar guiados por uma vontade coletiva, em direção ao alcance dos objetivos verdadeiramente educacionais da escola. Aí, a utilização tanto dos recursos materiais e conceptuais – por meio da racionalização do trabalho- quanto do esforço humano coletivo – pela coordenação – se dará não mais de forma autoritária e exploradora do trabalho alheio, mas de maneira que, dominando os elementos naturais que lhe são postos à disposição, o homem, por sua ação em colaboração recíproca e solidária com os outros homens, possa reafirmar sua autenticidade humana, no trabalho realizado de forma sociais, mas efetivamente livre (PARO, 2010, p. 210).

A gestão escolar nas escolas rurais está trabalhando para que todos se sintam incluídos e contribuam com o projeto escolar, que, baseado no trabalho colaborativo, desfaz a divisão social e a alienação do trabalho, que são impostas pelo conceito de gestão escolar e métodos de produção capitalistas, que penetram o trabalho educacional na perspectiva de Paulo Freire, em que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si,

mediatizados pelo mundo” (1982, p. 79) e, por um “processo pelo qual o homem apropria-se da natureza, domina-a submete-a a sua vontade, domina-a em seu proveito, para produzir sua existência material” (MARX apud PARO, 2010, p. 27). O ser humano, além de transformar a natureza, também se transforma. Essa perspectiva de gestão democrática e participativa posiciona o camponês como sujeito histórico, autônomo e criador de sua própria trajetória de vida.

Ancoradas na epistemologia do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) trazem marcos e definições importantes que fortalecem a construção da Educação do Campo. Portanto, Segundo Libâneo (2013), para que uma escola adote um princípio democrático, ela deve atuar com participação e autonomia. Para que isso aconteça, os objetivos da escola não devem se limitar ao conhecimento e aprendizado científico, mas também estimular o pensamento crítico e os processos de tomada de decisão na comunidade. Ainda de acordo com Libâneo (2005), o Projeto de Política Pedagógico (PPP) e o Conselho Escolar são algumas das ferramentas necessárias para garantir uma gestão escolar democrática, bem como o envolvimento de pais, professores e alunos nesse processo para garantir uma educação de qualidade.

Paro (2001) também confirma a importância do Projeto Político Pedagógico e do Conselho Escolar, pois, conforme explica o autor, a proposta pedagógica abre espaço na definição das ações educativas que serão utilizadas nas escolas. Assim, esses instrumentos devem orientar e possibilitar a operacionalização da autonomia nas escolas, promovendo práticas democráticas de educação transformadora e garantindo o triunfo das relações de poder autoritárias.

Para proporcionar uma gestão democrática efetiva nas escolas públicas, as relações humanas devem ser desenvolvidas como ferramenta para estimular a participação nesse processo.

Do ponto de vista teórico e prático, as relações humanas se desenvolvem a partir de sua interação com a administração e a comunidade escolar. Segundo Lück (2013), a participação é definida como uma força de ação consciente em que os membros da comunidade reconhecem e assumem sua capacidade de influenciar a dinâmica da escola, sua cultura e seus resultados, essa habilidade decorre de sua capacidade e desejo de compreender, decidir e agir sobre as demandas que os afetam. Desse ponto de vista, a participação assume uma dimensão política da construção de bases de autoridade pelo autor, que, por sua vez, é qualificada pela participação efetiva, levando em conta que as intervenções participativas competentes no trabalho aumentam a competência e a capacidade de participação de uma pessoa. Libâneo, (2004).

Inúmeras são as formas de participação da comunidade no cenário educacional; esta é uma exigência inerente ao comportamento humano, enquanto ativo e em associação com outros, desde os tempos primitivos. A verdadeira participação ocorre quando os alunos estão ativamente envolvidos nas atividades da escola, como identificar as necessidades existentes e auxiliar no planejamento, organização, implementação e avaliação das decisões. Como consequência, o desempenho da organização é produto da participação de seus colaboradores em todos os níveis e etapas do processo decisório, o que exige uma mudança na cultura organizacional.

## **II. PERCURSO METODOLÓGICO**

## 2.1 Abordagem qualitativa de Pesquisa e a Análise Documental

A metodologia torna-se algo essencial em um trabalho científico. Na compreensão de Gil (2002, p. 17), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” Assim sendo, as definições de pesquisa reafirmam sua importância na compreensão da realidade em estudo. No caso deste trabalho, buscou-se investigar questões relacionadas a gestão escolar em escolas do campo no município de São Miguel das Matas-BA.

Para tanto, optou-se pela abordagem qualitativa, perspectiva que defende a ideia de que na produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais, interessa mais compreender e interpretar seus conteúdos do que apenas descrevê-los ou explicá-los. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa busca reflexões sobre o objeto a ser estudado na compreensão de uma realidade específica (TOZONI-REIS, 2002).

A estratégia metodológica que utilizamos para obtenção de dados foi análise documental. A escolha pela pesquisa qualitativa e pela análise de documentos justifica-se pela possibilidade de compreender o fenômeno em estudo levando em consideração dados de uma realidade empírica documentada. No caso da escolha pela pesquisa documental, justifica-se ainda em razão de estarmos atravessando a Pandemia de Covid-19, situação epidemiológica que impôs ao mundo o isolamento e o distanciamento social como uma das formas de prevenção ao novo coronavírus. Durante a realização da pesquisa de campo, entramos em contato apenas com uma funcionária da Secretaria Municipal de Educação do município de São Miguel das Matas que, gentilmente, nos possibilitou o acesso aos arquivos e documentos, além de ceder outras informações que foram necessárias para a realização desta pesquisa.

A pesquisa documental busca identificar informações em documentos, buscando compreender os dados que estão registrados e que são de interesse do pesquisador. Desse modo, tal técnica, quando utilizada pelo investigador, serve para localização de conteúdos que serão ponderados durante a pesquisa e que servirão para o desenvolvimento da investigação.

Desse modo,

[...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social (SILVA, *et al.*, 2009, p. 4557).

Segundo Silva *et al.*, (2009, p. 4556), “A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico.” Como resultado, a pesquisa documental busca realizar uma investigação sobre o que está sendo estudado a fim de compreender melhor os fatores que influenciam uma determinada realidade.

A preferência de realizar a pesquisa documental como um dos caminhos para a realização desta investigação se deu pela possibilidade de coletar dados relevantes para a compreensão do fenômeno em estudo, a Gestão Democrática nas Escolas do Campo no contexto do município de São Miguel das Matas-Ba.

Para tanto, são considerados documentos neste estudo: Censo Escolar referente aos anos de 2010 a 2021, Plano Municipal de Educação, Projetos Político Pedagógicos das escolas do Campo, fotografias de evento realizado pelas escolas, arquivos disponíveis nas redes sociais da Secretaria Municipal de Educação. Desse modo, a pesquisa documental possibilitou o acesso a diversas fontes de dados que foram fundamentais para este trabalho, cujo objetivo era compreender questões e acontecimentos históricos e contemporâneos sobre a gestão de escolas do campo do município de São Miguel das Matas-Ba.

Em um primeiro momento, foi realizada uma busca de documentos em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação, representada por uma das funcionárias responsáveis para reunir documentos úteis para a pesquisa em questão. Por meio dessa investigação, foi possível localizar dados significativos para o presente estudo, como a compreensão da rede e a organização/localização das escolas, bem como os modos materialização da gestão escolar. A análise do Censo Escolar permitiu identificar, agrupar e comparar os dados correspondentes ao ano de 2017 a 2021 e desse modo compreender a extensão da rede e suas ramificações.

## **2.2 Lócus da Investigação: alguns dados do campo**

O município de São Miguel das Matas está localizado no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, limitando-se com os municípios de Laje (ao Sul), Amargosa e Elísio Medrado (ao Norte), Varzedo (ao leste) e Santo Antonio de Jesus (ao oeste), tem uma população de 10.414 habitantes, segundo Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE)<sup>1</sup>, sendo que, 7.054 pessoas vivem na zona rural e 3.360 pessoas vivem na zona urbana, ou seja, a maioria da população vive na roça e tem nela a sua subsistência. Tendo população estimada em 2021 de 11.733 habitantes e uma densidade demográfica de 48,57 hab/km<sup>2</sup>, segundo projeção do IBGE de 2010.

Os principais povoados e localidades do município são: Arco Verde, Nossa Senhora de Fátima, Comum do Machado, Areia Fina, Sucupira, Barra, Riachão (1, 2 e 3), Riacho das Bananeiras, Rio Preto, Moenda Seca, Macuca, Rio Vermelho, Biaçá, Cabeça do Boi, Pedreiras, Entroncamento, Liberdade, Muquiba, Gendiba, Gavião e Dourado.

É importante destacar que no município de São Miguel das Matas, a maior concentração da população ainda se encontra na zona rural, o que leva a compreender que a lavoura, ainda, tem sustentado as comunidades do campo. Por outro lado, pode-se levar em conta que a falta de possibilidades de emprego e renda tem colaborado para a estagnação do crescimento populacional, fazendo com que o êxodo dos adolescentes seja enorme. Os jovens deixam o município em busca de centros maiores na expectativa de emprego e muitos deles sem concluir o Ensino Fundamental.

Atualmente o município possui onze escolas em atividades localizadas na zona rural, sendo que oito dessas escolas compõe o Polo I, Polo II e Polo III. A formação dos Polos deu-se pelo número pequeno de matrículas, os Polos englobam duas ou três escolas de pequeno porte e que seja de região próxima uma da outra. A equipe gestora de cada Polo são os responsáveis pelas escolas agrupadas no Polo e para facilitar a locomoção de uma localidade para outra a secretaria Municipal de educação disponibiliza transporte para diretor escolar e coordenador pedagógico.

**Tabela 01 – Escolas do Campo e suas respectivas localidades**

| ESCOLA                                     | COMUNIDADE RURAL                      |
|--|---------------------------------------|
| Colégio Municipal Gilberto Vaz Sampaio     | Cabeça do Boi                         |
| Escola Municipal Humberto Castelo Branco   | Moenda Seca                           |
| Escola Municipal Isa Marta                 | Entroncamento de São Miguel das Matas |
| Escola Municipal Antonio de Souza Andrade  | Arco Verde                            |
| Escola Municipal Manoel Josino Bittencourt | Riachao I                             |

<sup>1</sup>Fonte <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-miguel-das-matas/panorama>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022

|  |                         |
|--|-------------------------|
| Escola Municipal Monteiro Lobato           | Riachao III             |
| Escola Municipal Manoel Honorato Fonseca   | Nossa senhora de Fátima |
| Escola Municipal São Vicente               | Areia Fina              |
| Escola Municipal Eraldo Tinoco             | Sucupira                |
| Escola Municipal Professora Marlene Santos | Muquiba                 |
| Escola Municipal Laudelina Vilas Boas      | Jonival Lucas           |

Fonte: arquivo da Secretaria Municipal de Educação (2021)  
Elaboração da Autora (2022)

De acordo com os arquivos consultados na Secretaria Municipal de Educação durante a pesquisa de campo realizada em 2021, há três pólos que organizam a gestão das escolas do campo no município de São Miguel das Matas. O *Polo I* é composto por três escolas da rede Municipal, sendo as mesmas denominadas de: Colégio Municipal Gilberto Vaz Sampaio, Escola Municipal Humberto Castelo Branco, Escola Municipal Isa Marta. O *Polo II* é composto por três escolas da rede Municipal, sendo as mesmas denominadas de: Escola Municipal Antônio de Souza Andrade, Escola Municipal Manoel Josino Bittencourt e Escola Municipal Monteiro Lobato. O *Polo III* atualmente é composto por duas escolas rurais, denominadas: Escola Municipal São Vicente e Escola Municipal Manoel Honorato Fonseca.

No ano de 2016, duas escolas que faziam parte do Polo III a Escola Santa Terezinha, que ficava localizada na Comunidade do Comum do Machado e que foi extinta nesse referido ano. Já a Escola Vereador Esmeraldo Barreto, localizada na Comunidade da Salete funcionou até o ano letivo de 2018. São vários motivos para o fechamento das escolas rurais, mas todos eles se resumem a uma estratégia de diminuir custos. Em muitos casos é mais barato investir em transporte para uma cidade próxima do que manter os estudantes na escola rural.

Algumas Unidades Escolares foram construídas e ampliadas sem um planejamento adequado, não oferecendo ambientes apropriados para uma efetiva aprendizagem, visto que não dispõem de bibliotecas, para estudos e pesquisas, salas de professores, banheiros adequados e áreas destinadas para esportes e lazer. A falta de planejamento perpassou também pelo não levantamento da projeção da demanda, fator este que tem levado algumas escolas a serem desativadas (PME, 2015, p. 32).

Como sinaliza o PME, a falta de planejamento na infraestrutura das escolas é comprometida, com ausência de espaços educativos e, posteriormente, com a falta de manutenção. Todos esses fatores são criados com a intenção de justificar processos de fechamento das escolas. Nos últimos 10 anos quatro escolas foram fechadas no município sendo: Escola Vereador Esmeraldo Barreto, comunidade da Salete; Escola Santa Terezinha, comunidade do Comum do Machado escolas que faziam parte do Polo III e a Escola Leovigildo Bittencourt, localizada na Barra, os alunos dessa escola foram transferidos para Escola mais próxima Eraldo Tinoco e alguns casos foram transferidos para escolas do centro e a Escola Sete de Setembro, localizada no povoado do Rio Preto. No que se refere ao transporte escolar, com a parceria do PAR, o município foi contemplado com oito ônibus do Programa “Caminho da escola” que transportam alunos tanto da zona rural quanto urbana, além desses, outros transportes são contratados para realizarem todo o trajeto dos alunos às escolas.

Ao longo das próximas páginas deste trabalho, apresentaremos mais informações sobre a organização dos Polos, evidenciando o modo de organização das escolas do campo e suas respectivas estruturas de gestão.

### **III. ANÁLISE DE DADOS**

Para iniciar as discussões sobre gestão democrática no contexto da educação do campo, escolhemos por fazer uma análise sobre a importância do Projeto Político Pedagógico. Muito embora exista o Projeto Político Pedagógico das escolas, nem sempre a existência do mesmo garante a efetivação de um processo democrático da gestão, pois muitas escolas limitam-se em tê-lo apenas para o cumprimento do campo burocrático, por ser um documento legal e obrigatório, pois a LDB - Lei 9.394/96, institui o PPP como instrumento da Gestão escolar que deve ser construído coletivamente.

No âmbito municipal a primeira construção do PPP aconteceu no ano de 2007. No ano de 2009 com a mudança da gestão municipal, a equipe escolar foi alterada e a nova equipe evidenciou a necessidade de revisão e reformulação do texto que já existia, o mesmo necessitou ser revisado e atualizado anualmente sendo acrescentado as informações pertinentes a comunidade escolar. A mobilização para reelaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas municipais ocorreu em 2019, prosseguindo até o início de 2020.

Em conversa com uma das funcionárias da Secretaria de Educação que nos auxiliou durante a pesquisa de campo, ela nos informou que a Secretaria Municipal de Educação, juntamente, com uma assessoria fez formação com equipe gestora das escolas da Rede para depois levar o PPP para o chão da escola, ou seja colocar mão na massa e fazer um trabalho de mobilização envolvendo toda equipe da escola, pais, alunos e sociedade civil para construir junto com a comunidade escolar o novo documento norteador da escola. A ação não foi concretizada pois houve exoneração de Secretária Municipal de Educação (a pedido da mesma) e no ano seguinte veio a pandemia. Impossibilitando assim, a atualização do PPP das escolas do município de São Miguel das Matas.

Destaca-se ainda, a relevância que tem o Projeto Político Pedagógico e o Conselho Escolar na democratização da escola. Ambos são pilares que sustentam o caráter democrático da gestão, sem a efetiva atuação desses dois fatores, não há como conceber uma gestão democrática na prática. Contudo, é o PPP que define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade, visto que os PPPs das escolas do município não passaram por adequação anual, sugere-se que seja feita um novo plano de reelaboração dos PPPs, mobilização envolvendo a comunidade e planejando os caminhos que precisa seguir, dentro das suas possibilidades, faz-se necessário organizar e planejar os meios para concretizá-las, dando assim forma e vida ao Projeto Político Pedagógico – o PPP. Documento esse que precisa ser reelaborado pela rede municipal de São Miguel das Matas – Ba.

Portanto o PPP, não pode ser reelaborado apenas por uma pessoa e nem mesmo de uma só vez, por acreditar que este deve ser construído coletivamente de forma processual e

gradativa, considerando desde as discussões das reuniões de pais até os momentos de estudos realizados com professores e funcionários das escolas, valorizando as ideias de todo o grupo. Percebe-se que às escolas do município de São Miguel das Matas, na sua maioria é constituída por alunos oriundos da zona rural. Por essa razão, seria coerente que as práticas pedagógicas fossem desenvolvidas considerando às demandas e realidades do campo. Por isso, ao pensar no PPP das escolas do campo não podemos deixar de fora o debate que envolve a identidade dos estudantes e, de modo mais específico os estudantes do campo.

Em respeito as bases legais que orientam a educação do campo, a educação ofertada nas escolas, cujo público é formado por estudantes camponeses, precisa está vinculada a cultura do campo. A educação do campo busca a valorização da cultura, da identidade e do modo de vida de seu povo. Desse modo sua defesa é por uma educação que envolva a formação humana, pautando por outro projeto de sociedade. A partir dessa compreensão, defendemos neste trabalho que, as aproximações com o debate da gestão democrática, pode abrir probabilidade para que as ações nas escolas do campo sejam articuladas e desenvolvidas com mais eficiência, favorecendo a efetivação do projeto de escola e sociedade pelo qual luta o movimento por uma educação do campo.

Destaca-se nesse contexto, a existência do Conselho Escolar, considerado pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394/96 como instrumento para efetivação da gestão democrática. O Conselho Escolar ou Unidade Executora se institui como órgão colegiado com representação de todos os segmentos da comunidade escolar que tem por objetivo fortalecer e ampliar a participação da comunidade, família, alunos, professores e funcionários no bom desempenho da escola, colaborando tanto para a organização e aplicação de recursos como também para planejamento de metas e projetos escolares, garantindo assim uma gestão democrática do ensino.

As Unidade Executoras (UEx) do município tem seu próprio estatuto embora existe dificuldades para o funcionamento, o qual aparece mais como uma necessidade burocrática do que como mecanismo de democratização da escola. Na observação de documentos e em diálogo com a funcionária que nos acompanhou durante a pesquisa de campo, é possível inferir que a participação dos membros da UEx em reuniões é bem precária, visto que, os membros não tem conhecimento necessário sobre a importância de se fazer parte do colegiado. Ficando sobre responsabilidade da gestão escolar algumas tomadas de decisões. O município tem adesão ao Programa Formação pela Escola que oferece curso aos Conselheiros escolares porém, falta divulgação e incentivo para que o curso chegue até os membros dos conselhos escolares. Ação que precisa ser fortalecida pela Secretária Municipal de Educação.

**Tabela 02 - Total de alunos por ano e escola (2017 a 2021)**

| ESCOLA                                       | 2017       | 2018       | 2019              | 2020       | 2021       |
|--|------------|------------|-------------------|------------|------------|
| Colégio Municipal Padre Gilberto Vaz Sampaio | 50         | 49         | 37                | 35         | 36         |
| Escola Municipal Humberto Castelo Branco     | 37         | 37         | 35                | 37         | 32         |
| Escola Municipal Iza Marta                   | 33         | 32         | 33                | 33         | 33         |
| Escola Municipal Antônio de Souza Andrade    | 34         | 25         | 34                | 33         | 27         |
| Escola Municipal Manoel Josino Bittencourt   | 51         | 46         | 38                | 42         | 50         |
| Escola Municipal Monteiro Lobato             | 31         | 35         | 35                | 28         | 29         |
| Escola Municipal Manoel Honorato Fonseca     | 15         | 41         | 36                | 32         | 39         |
| Escola Municipal São Vicente                 | 22         | 24         | 14                | 14         | 20         |
| Escola Municipal Eraldo Tinoco               | 163        | 170        | 159               | 137        | 153        |
| Escola Municipal Professora Marlene Santos   | 310        | 283        | 291               | 272        | 269        |
| Escola Municipal Laudelina Vilas Boas        | 35         | 36         | 36                | 30         | 35         |
| Escola Municipal Leovigildo Bittencourt      | 16         | 12         | Extinta (fechada) |            |            |
| Escola Municipal Vereador Esmeraldo Barreto  | 11         | 08         | Extinta (fechada) |            |            |
| <b>Total</b>                                 | <b>808</b> | <b>798</b> | <b>748</b>        | <b>693</b> | <b>723</b> |

Fonte: Censo Escolar (2017-2021)  
Elaboração da Autora (2022)

Percebe-se a partir da tabela que a cada ano, gradativamente, o número de matrícula vem diminuindo e que no período que corresponde 2017 a 2021, o ano de 2020 foi o que teve o número menor. Observa-se, ainda, na tabela que duas escolas foram fechadas no ano de 2019, pressupõe-se que o motivo que levou o fechamento das escolas foi a diminuição do número de alunos, conforme demonstra os anos anteriores. Fica a inquietação para onde foram esses alunos? Esse espaço escolar era utilizado pela comunidade? Teve escuta da comunidade para o fechamento? Lançamos aqui as questões que nos saltam! O fechamento de escolas do campo tem sido um fenômeno presente no Brasil e, tem impedido drasticamente que o projeto de educação no/do campo se materialize. Talvez, a efetivação da gestão democrática nas escolas fosse um dos caminhos para fortalecer a continuidade dessas escolas e conseqüentemente, das comunidades onde tais escolas estão inseridas.

A seguir, apresentaremos dados em relação ao números de estudantes por escola e as etapas de ensino ofertadas nos últimos quatro anos.

**Tabela 03 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)**  
**COLEGIO MUNICIPAL MONSENHOR GILBERTO VAZ SAMPAIO**

| POLO I   |        |                |    |    |    |    |    |   |                       |                            |
|--|--------|----------------|----|----|----|----|----|---|-----------------------|----------------------------|
| COLEGIO MUNICIPAL MONSENHOR GILBERTO VAZ SAMPAIO |        |                |    |    |    |    |    |   |                       |                            |
| Ano  | Creche | Pré-<br>escola | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | Matrícula por<br>etapa<br>(Total)                 | Total<br>de<br>alunos | Alunos<br>atendidos<br>AEE |
| 2017   | 0      | 15             | 6  | 6  | 9  | 11 | 3  | Pré – escola – 15<br>Anos iniciais – 35           | 50                    | 18                         |
| 2018   | 0      | 9              | 11 | 5  | 6  | 9  | 9  | Pré – escola – 9<br>Anos iniciais – 40            | 49                    | 8                          |
| 2019   | 1      | 4              | 5  | 9  | 7  | 5  | 6  | Creche -1<br>Pre escola – 4<br>Anos iniciais- 32  | 37                    | 7                          |
| 2020   | 4      | 3              | 4  | 4  | 11 | 6  | 3  | Creche -4<br>Pre escola – 3<br>Anos iniciais- 28  | 35                    | 4                          |
| 2021   | 2      | 9              | 0  | 5  | 4  | 10 | 6  | Creche - 2<br>Pre escola – 9<br>Anos iniciais- 25 | 36                    |                            |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)

Elaboração da Autora (2022)

Percebe-se através da tabela que A Escola Gilberto Vaz Sampaio atende da educação infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Em 2017, possuía um total de 50 alunos e 18 desses alunos eram atendidos pelo AEE, número considerado alto, representa um total de 26% dos alunos. Já em 2018 número de matrículas reduziu para 49 alunos, e desses 8 eram atendidos pelo AEE. Em 2019 a Escola passou a receber alunos com idade correspondente a Creche, autorizados pela Secretaria Municipal de Educação através de Portaria de matrícula. Através desta portaria, autorizava-se que a escolas rurais realizassem a matrícula de crianças a partir 3 anos. A medida tomada pelo município justifica-se pela tentativa de elevar o número de matrículas nos iniciais do ensino fundamental nas escolas do campo, muito embora, em nos marcos

legais da educação do campo, não se permita em uma mesma sala, a junção de estudantes da educação infantil com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

**Tabela 04 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)**  
**ESCOLA MUNICIPAL IZA MARTA**

| POLO I                     |    |    |    |    |    |                                |                      |
|----------------------------|----|----|----|----|----|--------------------------------|----------------------|
| ESCOLA MUNICIPAL IZA MARTA |    |    |    |    |    |                                |                      |
| Ano                        | 1° | 2° | 3° | 4° | 5° | Matrícula por etapa<br>(Total) | Alunos atendidos AEE |
| 2017                       | 13 | 8  | 12 | 0  | 0  | Anos iniciais – 33             | 3                    |
| 2018                       | 0  | 0  | 11 | 11 | 10 | Anos iniciais – 32             | 7                    |
| 2019                       | 0  | 0  | 13 | 13 | 7  | Anos iniciais- 33              | 3                    |
| 2020                       | 0  | 0  | 9  | 14 | 10 | Anos iniciais- 33              | 1                    |
| 2021                       | 0  | 0  | 9  | 8  | 16 | Anos iniciais- 33              |                      |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)

Elaboração da Autora (2022)

A Escola Iza Marta atualmente recebe alunos do 3° ao 5° ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os alunos da Educação Infantil ao 2° ano do Ensino fundamental são atendidos na Escola Humberto Castelo Branco que fica bem próximo da Escola Iza Marta e ambas fazem parte do POLO I. No ano de 2017 a escola recebeu alunos do 1° ao 3° ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a partir de 2018 a oferta se deu para as turmas do 3° ao 5° ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O ano com menor número de matrícula foi 2018 e os demais anos o número de matrículas se manteve.

**Tabela 05 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)**  
**ESCOLA MUNICIPAL HUMBERTO CASTELO BRANCO**

| POLO I                                   |        |                |    |    |    |    |    |                                   |                       |                            |
|--|--------|----------------|----|----|----|----|----|-----------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| ESCOLA MUNICIPAL HUMBERTO CASTELO BRANCO |        |                |    |    |    |    |    |                                   |                       |                            |
| Ano                                      | Creche | Pré-<br>escola | 1° | 2° | 3° | 4° | 5° | Matrícula por<br>etapa<br>(Total) | Total<br>de<br>alunos | Alunos<br>atendidos<br>AEE |

|      |   |    |   |    |   |    |    |   |    |    |
|------|---|----|---|----|---|----|----|---|----|----|
| 2017 | 2 | 15 | 0 | 0  | 0 | 10 | 10 | Creche - 2<br>Pré – escola – 15<br>Anos iniciais – 20 | 37 | 27 |
| 2018 | 4 | 13 | 7 | 13 | 0 | 0  | 0  | Creche - 4<br>Pré – escola – 13<br>Anos iniciais – 20 | 37 | 0  |
| 2019 | 0 | 19 | 9 | 7  | 0 | 0  | 0  | Pre escola – 19<br>Anos iniciais- 16                  | 35 | 0  |
| 2020 | 0 | 19 | 9 | 9  | 0 | 0  | 0  | Pre escola – 19<br>Anos iniciais- 18                  | 37 | 0  |
| 2021 | 4 | 14 | 7 | 7  | 0 | 0  | 0  | Creche - 4<br>Pre escola – 14<br>Anos iniciais- 14    | 32 | 0  |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)

Elaboração da Autora (2022)

A Escola Humberto Castelo Branco atualmente oferta da Educação Infantil ao 2º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em 2017 a escola recebeu alunos da Educação infantil, 4º e 5º ano e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Fator que chamou atenção foi o número de alunos atendidos pelo AEE, 27 estudantes, ou seja, total de matrículas no referido ano foi de 37, os dados mostram que apenas 10 alunos não eram atendidos pelo AEE. A partir de 2018 até 2021 a escola oferta da educação Infantil ao 2º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Registra-se em 2021, o menor número de matrículas.

**Tabela 06 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)  
ESCOLA MUNICIPAL HUMBERTO CASTELO BRANCO**

| POLO II                                    |        |                |    |    |    |    |    |  |                       |                            |
|--|--------|----------------|----|----|----|----|----|--|-----------------------|----------------------------|
| ESCOLA MUNICIPAL MANOEL JOSINO BITTENCOURT |        |                |    |    |    |    |    |  |                       |                            |
| Ano  | Creche | Pré-<br>escola | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | Matrícula por<br>etapa<br>(Total)      | Total<br>de<br>alunos | Alunos<br>atendidos<br>AEE |
| 2017                                       | 0      | 8              | 6  | 7  | 14 | 11 | 5  | Pré – escola – 8<br>Anos iniciais – 43 | 51                    | 0                          |

|      |   |    |   |   |    |    |   |  |    |   |
|------|---|----|---|---|----|----|---|--|----|---|
| 2018 | 0 | 8  | 3 | 5 | 12 | 10 | 8 | Pré – escola – 8<br>Anos iniciais – 38             | 46 | 4 |
| 2019 | 4 | 6  | 4 | 4 | 6  | 8  | 6 | Creche - 4<br>Pre escola – 6<br>Anos iniciais- 28  | 38 | 2 |
| 2020 | 4 | 12 | 4 | 4 | 5  | 6  | 7 | Creche - 4<br>Pre escola – 12<br>Anos iniciais- 26 | 42 | 1 |
| 2021 | 7 | 13 | 6 | 5 | 4  | 7  | 8 | Creche - 7<br>Pre escola – 13<br>Anos iniciais- 30 | 50 |   |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)  
Elaboração da Autora (2022)

A Escola oferta da educação infantil ao 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No ano de 2018 a escola tinha 4 alunos atendidos pelo AEE e a partir de 2019 ampliou a etapa de ensino matriculando crianças de 3 anos. Esse foi o ano com menor número de matrículas.

**Tabela 07 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)  
ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO DE SOUZA ANDRADE**

| POLO II                                   |        |                |    |    |    |    |    |   |                       |                            |
|---|--------|----------------|----|----|----|----|----|---|-----------------------|----------------------------|
| ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO DE SOUZA ANDRADE |        |                |    |    |    |    |    |   |                       |                            |
| Ano                                       | Creche | Pré-<br>escola | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | Matrícula por<br>etapa<br>(Total)                 | Total<br>de<br>alunos | Alunos<br>atendidos<br>AEE |
| 2017                                      | 0      | 5              | 4  | 8  | 5  | 6  | 6  | Pré – escola – 5<br>Anos iniciais – 29            | 34                    | 4                          |
| 2018                                      | 0      | 8              | 1  | 0  | 6  | 5  | 5  | Pré – escola – 8<br>Anos iniciais – 17            | 25                    | 2                          |
| 2019                                      | 6      | 8              | 7  | 2  | 2  | 8  | 3  | Creche - 6<br>Pre escola – 8<br>Anos iniciais- 22 | 34                    | 2                          |
| 2020                                      | 2      | 7              | 2  | 6  | 2  | 6  | 8  | Creche -<br>Pre escola –<br>Anos iniciais-        | 33                    | 2                          |

|      |   |   |   |   |   |   |   |                                     |    |  |
|------|---|---|---|---|---|---|---|-------------------------------------|----|--|
| 2021 | 0 | 6 | 2 | 3 | 5 | 4 | 7 | Pre escola – 6<br>Anos iniciais- 21 | 27 |  |
|------|---|---|---|---|---|---|---|-------------------------------------|----|--|

Fonte: Censo escolar (2017-2021)

Elaboração da Autora (2022)

A Escola oferta da educação infantil ao 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No ano de 2017 a escola tinha 4 alunos atendidos pelo AEE, esse número foi reduzido entre os anos de 2018 a 2020, totalizando 2 alunos por ano. A partir de 2019, ampliou-se a etapa de ensino, matriculando-se crianças de 3 anos. O ano com menor número de matrículas foi 2021.

**Tabela 08 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)**  
**ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO**

| POLO II                          |        |                |    |    |    |    |    |   |                       |                            |
|----------------------------------|--------|----------------|----|----|----|----|----|---|-----------------------|----------------------------|
| ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO |        |                |    |    |    |    |    |   |                       |                            |
| Ano                              | Creche | Pré-<br>escola | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | Matrícula por<br>etapa<br>(Total)                 | Total<br>de<br>alunos | Alunos<br>atendidos<br>AEE |
| 2017                             | 0      | 10             | 4  | 4  | 5  | 5  | 3  | Pré – escola – 10<br>Anos iniciais – 21           | 31                    | 1                          |
| 2018                             | 0      | 13             | 2  | 5  | 5  | 5  | 5  | Pré – escola – 13<br>Anos iniciais – 22           | 35                    | 0                          |
| 2019                             | 4      | 7              | 8  | 2  | 4  | 4  | 6  | Creche - 4<br>Pre escola – 7<br>Anos iniciais- 24 | 35                    | 0                          |
| 2020                             | 6      | 8              | 4  | 8  | 2  | 0  | 0  | Creche - 6<br>Pre escola – 8<br>Anos iniciais- 14 | 28                    | 0                          |
| 2021                             | 3      | 11             | 4  | 4  | 7  | 0  | 0  | Creche- 3<br>Pre escola – 11<br>Anos iniciais- 15 | 29                    | 0                          |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)

Elaboração da Autora (2022)

Atualmente a Escola oferta da educação infantil ao 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No ano de 2017 a escola tinha 1 aluno atendido pelo AEE e nos demais anos não teve nenhum aluno acompanhado pelo núcleo AEE. Nos anos de 2017 a 2019 a escola atendia alunos da educação infantil ao 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A partir de 2019 ampliou a etapa de ensino matriculando crianças de 3 anos. O ano com menor número de matrícula foi 2021.

**Tabela 09 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)**  
**ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ESMERALDO BARRETO**

| POLO III                                    |        |            |    |    |    |    |    |                                       |                 |                      |
|---|--------|------------|----|----|----|----|----|---------------------------------------|-----------------|----------------------|
| ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ESMERALDO BARRETO |        |            |    |    |    |    |    |                                       |                 |                      |
| Ano   | Creche | Pré-escola | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | Matrícula por etapa (Total)           | Total de alunos | Alunos atendidos AEE |
| 2017  | 0      | 3          | 2  | 3  | 3  | 0  | 0  | Pré – escola – 3<br>Anos iniciais – 8 | 11              | 0                    |
| 2018  | 0      | 1          | 2  | 2  | 3  | 0  | 0  | Pré – escola – 1<br>Anos iniciais – 7 | 8               | 0                    |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)

Elaboração da Autora (2022)

Como mostra a tabela a referida escola só funcionou até o ano de 2018 e atendia da educação infantil ao 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em organização de turmas multisseriadas. A comunidade onde a escola estava localizada fica próxima ao município de Santo Antonio de Jesus – Ba. Desse modo, é possível inferir que os alunos dessa comunidade foram transferidos para a escola mais próxima da região. Talvez, a motivação de fechamento da escola tenha sido a organização de turma multisseriada.

**Tabela 10 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)**  
**ESCOLA MUNICIPAL MANOEL HONORATO FONSECA**

| POLO III                                 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| ESCOLA MUNICIPAL MANOEL HONORATO FONSECA |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

| Ano  | Creche | Pré-escola | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | Matrícula por etapa (Total)                           | Total de alunos | Alunos atendidos AEE |
|------|--------|------------|----|----|----|----|----|---|-----------------|----------------------|
| 2017 | 0      | 0          | 0  | 0  | 4  | 7  | 4  | Anos iniciais – 15                                    | 15              | 0                    |
| 2018 | 12     | 6          | 5  | 3  | 4  | 6  | 5  | Creche – 12<br>Pré – escola – 6<br>Anos iniciais – 23 | 41              | 2                    |
| 2019 | 2      | 10         | 2  | 6  | 5  | 4  | 7  | Creche - 2<br>Pre escola – 10<br>Anos iniciais- 24    | 36              | 2                    |
| 2020 | 2      | 7          | 4  | 2  | 7  | 6  | 4  | Creche - 2<br>Pre escola – 7<br>Anos iniciais- 23     | 32              | 2                    |
| 2021 | 8      | 8          | 6  | 3  | 2  | 7  | 5  | Creche- 8<br>Pre escola – 8<br>Anos iniciais- 23      | 39              |                      |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)  
Elaboração da Autora (2022)

Nota-se através da tabela que a escola no ano de 2017 ofertava apenas ensino do 3º ao 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e com um número bem pequeno de alunos matriculados. Já nos anos que corresponde 2018 a 2021 ampliou-se a oferta matriculando alunos da educação infantil ao 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamenta, de modo que o número de alunos teve um aumento significativo nestes anos, quando comparado ao ano de 2017.

**Tabela 11 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)  
ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE**

| POLO III                     |        |            |    |    |    |    |    |                             |                 |                      |
|------------------------------|--------|------------|----|----|----|----|----|-----------------------------|-----------------|----------------------|
| ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE |        |            |    |    |    |    |    |                             |                 |                      |
| Ano                          | Creche | Pré-escola | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | Matrícula por etapa (Total) | Total de alunos | Alunos atendidos AEE |

|      |   |    |   |   |   |   |   |  |    |   |
|------|---|----|---|---|---|---|---|--|----|---|
| 2017 | 0 | 11 | 3 | 1 | 2 | 5 | 0 | Pré escola- 11<br>Anos iniciais – 11             | 22 | 1 |
| 2018 | 0 | 9  | 4 | 4 | 4 | 3 | 0 | Pré – escola – 9<br>Anos iniciais – 15           | 24 | 0 |
| 2019 | 2 | 5  | 3 | 4 | 0 | 0 | 0 | Creche - 2<br>Pre escola – 5<br>Anos iniciais- 7 | 14 | 0 |
| 2020 | 2 | 6  | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | Creche - 2<br>Pre escola – 6<br>Anos iniciais- 6 | 14 | 0 |
| 2021 | 6 | 3  | 5 | 3 | 3 | 0 | 0 | Creche- 6<br>Pre escola – 3<br>Anos iniciais- 11 | 20 |   |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)

Elaboração da Autora (2022)

Através dos dados da tabela, é possível perceber que a escola nos anos de 2017 a 2018 tinha como público alunos da educação infantil ao 4º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, já nos anos de 2019 e 2020 apenas educação infantil ao 2º ano, demonstrando um número pequeno de alunos. Em 2021 teve um pequeno avanço atendendo da educação infantil ao 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

**Tabela 12 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)  
ESCOLA MUNICIPAL LEOVIGILDO BITTECOURT**

| ESCOLA MUNICIPAL LEOVIGILDO BITTECOURT |        |                             |                      |
|--|--------|-----------------------------|----------------------|
| Ano                                    | 5º ANO | Matrícula por etapa (Total) | Alunos atendidos AEE |
| 2017                                   | 16     | Anos iniciais – 16          | 0                    |
| 2018                                   | 12     | Anos iniciais – 12          | 0                    |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)

Elaboração da Autora (2022)

A referida escola só funcionou até 2018 e, nos anos de 2017 e 2018 tinha apenas turma do 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A equipe gestora que respondia por esta escola era a mesma da Escola Eraldo Tinoco, vista que as duas escolas eram próximas geograficamente.

**Tabela 13 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)**  
**ESCOLA MUNICIPAL ERALDO TINOCO**

| ESCOLA MUNICIPAL ERALDO TINOCO |                            |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |   |                    |                                |
|--------------------------------|----------------------------|--|----|----|----|----|----|----|----|----|----|---|--------------------|--------------------------------|
| Ano                            | C<br>r<br>e<br>c<br>h<br>e | P<br>r<br>é<br>-<br>E<br>S<br>e<br>s<br>c<br>o<br>l<br>a | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º | 7º | 8º | 9º | Matrícula por etapa<br>(Total)  | Total de<br>alunos | Alunos<br>atendi<br>dos<br>AEE |
| 2017                           | 0                          | 35   | 13 | 13 | 14 | 15 | 0  | 22 | 22 | 13 | 16 | Pré – escola – 35<br>Anos iniciais – 55<br>Anos Finais- 73            | 163                | 30                             |
| 2018                           | 0                          | 27   | 16 | 17 | 17 | 16 | 0  | 25 | 18 | 19 | 15 | Pré – escola –27<br>Anos iniciais – 66<br>Anos fiais - 76             | 170                | 17                             |
| 2019                           | 0                          | 15   | 19 | 13 | 18 | 14 | 14 | 20 | 17 | 12 | 17 | Pre escola – 15<br>Anos iniciais- 78<br>Anos finais- 66               | 159                | 19                             |
| 2020                           | 7                          | 11   | 7  | 17 | 15 | 17 | 12 | 13 | 13 | 15 | 10 | Creche - 7<br>Pre escola – 11<br>Anos iniciais- 68<br>Aos finais - 51 | 137                | 14                             |

|      |    |    |   |   |    |    |    |    |    |    |    |   |     |  |
|------|----|----|---|---|----|----|----|----|----|----|----|---|-----|--|
| 2021 | 11 | 18 | 8 | 9 | 17 | 18 | 17 | 13 | 14 | 13 | 15 | Creche - 11<br>Pre escola – 18<br>Anos iniciais- 69<br>Anos finais - 55 | 153 |  |
|------|----|----|---|---|----|----|----|----|----|----|----|---|-----|--|

Fonte: Censo escolar (2017-2021)  
Elaboração da Autora (2022)

Observa-se através dos dados da tabela que nos anos de 2017 e 2018 a escola atendia da Educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, exceto a turma do 5º ano que alunos eram recebidos na escola Leovigildo Bittencourt. Em 2019 a 2021 a escola ofertou da educação infantil ao 9º do Ensino Fundamental. O ano com menor número de matrículas foi 2020. A partir da análise e interpretação dos dados coletados o IDEB da escola em 2019 nos anos iniciais foi 4,4 não atingindo a meta 5,1 e anos finais 3,5 atingindo a meta que era 3,4. Vale destacar que, Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Ao estabelecer as 28 diretrizes que integram o Plano de Metas Todos pela Educação, o Ministério da Educação (MEC) define no Capítulo II, artigo 3º:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007, p. 02)

Assim, o Ideb passa a ser o indicador de avaliação oficial do MEC no referido nível de ensino. O Ideb funciona como um indicador nacional que permite o monitoramento da qualidade educacional pelo público em geral a partir de dados concretos, permitindo que a sociedade se mobilize em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. (BRASIL/INEP, 2010).

**Tabela 14 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)**  
**ESCOLA MUNICIPAL LAUDELINA VILAS BOAS**

| ESCOLA MUNICIPAL LAUDELINA VILAS BOAS |        |            |    |    |    |    |    |   |                 |                      |
|---------------------------------------|--------|------------|----|----|----|----|----|---|-----------------|----------------------|
| Ano                                   | Creche | Pré-escola | 1° | 2° | 3° | 4° | 5° | Matrícula por etapa (Total)                       | Total de alunos | Alunos atendidos AEE |
| 2017                                  | 0      | 9          | 4  | 4  | 10 | 2  | 6  | Pré escola- 9<br>Anos iniciais – 26               | 35              | 2                    |
| 2018                                  | 0      | 7          | 6  | 5  | 8  | 7  | 3  | Pré – escola – 7<br>Anos iniciais – 29            | 36              | 1                    |
| 2019                                  | 6      | 5          | 4  | 6  | 7  | 3  | 5  | Creche - 6<br>Pre escola – 5<br>Anos iniciais- 25 | 36              |                      |
| 2020                                  | 3      | 8          | 3  | 3  | 4  | 7  | 2  | Creche - 3<br>Pre escola – 8<br>Anos iniciais- 19 | 30              |                      |
| 2021                                  | 3      | 13         | 2  | 2  | 5  | 3  | 7  | Creche- 3<br>Pre escola – 13<br>Anos iniciais- 19 | 35              |                      |
|                                       |        |            |    |    |    |    |    |   |                 |                      |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)  
 Elaboração da Autora (2022)

Quem responde pela Escola Laudelina Vilas Boas é a equipe gestora da Escola Jonival Lucas que fica localizada na Rua são Roque no centro da cidade. Por ser uma escola de pequeno porte ela foi agregada a escola mais próxima. Conforme dados da tabela, a escola atende da educação infantil ao 5° ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Observa-se que o ano com menor número de matriculas foi o ano de 2020.

**Tabela 15 - Total de alunos por etapa de ensino (2017 a 2021)**  
**ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARLENE SANTOS**

| ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARLENE SANTOS |        |     |    |    |    |    |    |    |    |    |    |  |                 |                      |
|--|--------|-----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|--|-----------------|----------------------|
| Ano  | Crèche | Pré | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º | 7º | 8º | 9º | Matrícula por etapa (Total)  | Total de alunos | Alunos atendidos AEE |
| 2017                                       | 0      | 34  | 19 | 24 | 25 | 23 | 33 | 57 | 43 | 30 | 22 | Pré – escola – 34<br>Anos iniciais – 124<br>Anos Finais- 152             | 310             | 25                   |
| 2018                                       | 0      | 20  | 18 | 19 | 27 | 31 | 27 | 48 | 37 | 32 | 24 | Pré – escola –20<br>Anos iniciais – 122<br>Anos finais - 141             | 283             | 14                   |
| 2019                                       | 20     | 20  | 15 | 16 | 28 | 25 | 33 | 44 | 34 | 33 | 23 | Creche – 20<br>Pre escola – 20<br>Anos iniciais- 117<br>Anos finais- 134 | 291             | 10                   |
| 2020                                       | 15     | 30  | 9  | 13 | 22 | 30 | 23 | 42 | 37 | 31 | 20 | Creche - 15<br>Pre escola – 30<br>Anos iniciais- 97<br>Aos finais - 130  | 272             | 14                   |
| 2021                                       | 10     | 32  | 14 | 9  | 14 | 26 | 26 | 27 | 42 | 37 | 32 | Creche -<br>Pre escola –<br>Anos iniciais-<br>Anos finais -              | 269             |                      |

Fonte: Censo escolar (2017-2021)  
 Elaboração da Autora (2022)

A escola oferta da Educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental. Quando observamos a tabela um fator que chamou atenção foi o número de alunos atendidos pelo AEE em 2017 um total de 25 alunos, número considerado alto em relação ao total de estudantes matriculados. O ano com menor número de matrícula foi 2021. O IDEB em 2019 dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi 4,7, esta escola atingiu a meta que era 3,8, diferentemente dos anos finais que a pontuação foi 3,4 e a meta era 4,0 para esta etapa de ensino.

Como podemos observar nas tabelas de matrícula, o número de alunos no ano de 2020 registra o período onde houve uma quantidade menor de matrículas, possíveis motivos se dar devido que, algumas famílias estão deixando a zona rural e estão indo morar na zona urbana ou em outras cidades maiores. Alguns pais e alunos que permanecem, na região não querem que seus filhos estudem na zona rural. Os pais alegam que os transportes que quebram muito e o descompromisso com quem transporta os alunos, e que os dias letivos na zona rural não são cumprido conforme a lei determina.

Após apresentar as escolas e seus respectivos dados em relação as matrículas no ano de 2017 a 2021, abordaremos a seguir de aspectos relacionados ao Plano Municipal de Educação-PME, dando destaque as questões que envolvem, sobretudo, as metas relativas a gestão das escolas municipais de São Miguel das Matas-BA

O Plano Municipal de Educação-PME, constitui-se a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 25 de Junho, pela presidência da República, com o mesmo texto aprovado no dia 3 de junho pela Câmara dos Deputados. Sem vetos presidenciais, a Lei 13.005/2014 (PNE) define metas e estabelece estratégias à educação nacional para o próximo decênio, está estruturado em 12 artigos e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização e de seus objetivos (PME, 2015, p. 9).

O Plano Municipal de Educação de Sao Miguel das Matas – Ba, foi aprovado pela Lei Municipal nº 83 de 19 de junho de 2015 teve sua primeira emenda nº 131 de 19 de novembro de 2018. A emenda da Lei é o meio pelo qual é permitido alterar a forma ou o conteúdo de um projeto, no todo ou em parte. A emenda deve ser apreciada e votada pelo Plenário juntamente com o projeto ao qual se refere. A referida emenda se fez necessário pois a numeração das Metas do PME não estava alinhado com PEE e o PNE, o conteúdo sim porem, a ordem da metas não. O PME tem vigência de 2015 a 2025.

O Plano Municipal de Educação é de todos que habitam o município, portanto, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no Plano, o que vai muito além das possibilidades de oferta educacional demandada pela poder público municipal. Também não se trata do plano de uma administração da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação, pois atravessa mandatos de vários prefeitos e dirigentes municipais de educação.

No Plano Municipal de Educação em sua Meta 19, estratégia 19.1 fala sobre a gestão democrática e estrutura necessária para o processo de eleição de gestores, estratégia essa que está como não iniciada no PME.

META 19: (Redação dada pela Lei nº 131 de 19 de Novembro de 2018) Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. 19.1 Implantar curso de formação e posteriormente avaliação para gestores escolares, promovendo a estrutura necessária para o processo de eleições de gestores, com a participação de todos os seguimentos da Unidade Escola. (Lei nº 131 de 19 de novembro de 2018 (PME, 2015, p. 24).

No município de São Miguel das Matas, o processo de escolha dos dirigentes escolares e coordenadores escolares não é democratizado, concebe-se tais funções como cargo comissionado. Assim sendo, os cargos comissionados são de livre nomeação do Prefeito Municipal, mediante indicação do titular da pasta, ou seja, a designação do cargo de diretor se dá por indicação da autoridade competente e, por se tratar de cargo em comissão por nomeação política, ocorre a livre exoneração, ou seja, o mandato pode ser interrompido a qualquer momento sem apresentação de justificativa legal. Algumas vezes, a pessoa escolhida não necessariamente é da área educacional, apenas possui um curso superior. Existindo casos de nomeação para o cargo de direção escolar e vice direção com apenas o ensino médio. Acredita-se que essa prática precisa ser superada no município, abrindo possibilidades para a escolha democrática de gestores como forma de se incentivar outras práticas democráticas.

O PME é composto por 20 Metas e 174 Estratégias, sendo que as estratégias encontra-se da seguinte forma: Verdes: Ações Concluídas 47; Amarelas: Iniciadas 65; Vermelhas: Não Iniciadas 99; Azul: Ações Futuras 0. No município ainda não há um Plano ou Projeto Municipal que trate especificamente da educação/ escolas do campo, os planos e projetos são unificados para toda a rede, porém, cada escola pode adaptar conforme suas necessidades e meios disponíveis. O município oferece formação continuada para a equipe gestora da rede municipal, porém, não existe formação específica no âmbito da educação do campo. Sugere-se que essa ação seja fortalecida como descrito no PME meta 15.

META 15: Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado a partir do primeiro ano de vigência desse plano, política de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam

formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (PME, 2015 p. 21).

Conforme destaca a Estratégia 5.4, determina-se “Implantar, no segundo ano desse plano, em parceria com as universidades, políticas específicas para formação de profissionais da educação do campo, de gênero, educação étnico-racial, educação ambiental, educação, bem como, para diversidade; (PME, 2015 p. 24). Todavia, essa meta ainda não foi iniciada, como é possível identificar através cor vermelha, conforme legenda do PME.

**Tabela 16 - Provimento do cargo de direção escolar Polo I**

| <b>POLO I</b> |                            |                                     |                               |                                      |  |
|---------------|----------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|--|
| <b>Ano</b>    | <b>Diretor Escolar</b>     | <b>Tempo de gestão</b>              | <b>Coordenação pedagógica</b> | <b>Tempo na gestão</b>               | <b>Possível motivos de mudança na gestão</b> |
| 2017          | Gilvania Guimaraes         | 2017 a fevereiro de 2018            | Andreia de Jesus              | Fevereiro de 2017 a dezembro de 2020 | Indicação política                           |
| 2018          | Edimeire Maia <sup>2</sup> | Fevereiro de 2018 a junho de 2020   |                               |                                      |  |
| 2019          |                            |                                     |                               |                                      |  |
| 2020          |                            |                                     |                               |                                      |  |
| 2020          | Daniela Sampaio            | Junho de 2020 a dezembro de 2020    |                               |                                      |  |
| 2021          | Eliomar Nery               | fevereiro de 2021 até presente data | Agna Bastos                   | Fevereiro a dezembro de 2021         |  |

Fonte: Arquivos da Secretária Municipal de Educação

Elaboração da Autora (2022)

De acordo com os dados da tabela no período de 2017 a 2020, o Polo I teve três nomeações de direção escolar, o que fica em destaque é que no ano de 2020 (ano de eleição municipal), durante o mês de junho houve a troca de dirigente escolar. Nos outros anos teve apenas uma nomeação para coordenação pedagógica, informação que consideramos relevante. No ano de 2021, com a mudança do Poder Executivo Municipal, uma nova equipe de direção

<sup>2</sup> Autora deste estudo monográfico intitulado “Gestão Democrática e Educação do Campo: um estudo no contexto de São Miguel das Matas – Ba”, assumiu a gestão das escolas que compoem o POLO I no periodo de fevereiro de 2018 a junho de 2020.

e coordenação se forma para gerir as escolas. Observa-se, também, que existe possíveis mudanças de coordenação pedagógica para o ano em curso.

**Tabela 17 - Provimento do cargo de direção escolar Polo II**

| <b>POLO II</b> |                        |                                     |                               |                                      |  |
|----------------|------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|--|
| <b>Ano</b>     | <b>Diretor Escolar</b> | <b>Tempo de gestão</b>              | <b>Coordenação pedagógica</b> | <b>Tempo na gestão</b>               | <b>Possível motivos de mudança na gestão</b>         |
| 2017           | Márcio Messias         | 2017 a novembro 2020                | Cícera Sudário                | Fevereiro a dezembro de 2017         | Indicação política                                   |
| 2018<br>2019   |                        |                                     | Patrícia Cruz                 | Fevereiro de 2018 a dezembro de 2019 |  |
| 2020           |                        |                                     | Leilane Pindobeira            |                                      | Mês de dezembro a coordenadora respondeu pela escola |
| 2021           | Zenaide Santos         | fevereiro de 2021 até presente data | Leilane Pindobeira            | Fevereiro de 2021 até presente data  | Indicação política                                   |

Fonte: Arquivos da Secretária Municipal de Educação  
Elaboração da Autora (2022)

Nota-se, através dos dados da tabela, que a nomeação do diretor escolar em fevereiro de 2017 e a exoneração em novembro de 2020 (pós eleição municipal). No mês de dezembro, por sua vez, o polo fica sem direção escolar. De 2017 a 2020 observamos rotatividade de coordenação pedagógica com a nomeação de 3 novos nomes no período correspondente. Com a mudança do Poder Executivo Municipal em 2021, foi realizada uma nova nomeação para compor equipe de direção e coordenação. Percebemos que mesmo com uma nova gestão municipal, a coordenação pedagógica permaneceu assumindo a pasta.

**Tabela 18 - Provimento do cargo de direção escolar Polo III**

| <b>POLO III</b> |                        |                                     |   |                                  |  |
|-----------------|------------------------|-------------------------------------|---|----------------------------------|--|
| <b>Ano</b>      | <b>Diretor Escolar</b> | <b>Tempo de gestão</b>              | <b>Coordenação pedagógica</b>                   | <b>Tempo na gestão</b>           | <b>Possível motivos de mudança na gestão</b> |
| 2017            | Leydiane Quadros       | 2017 a abril de 2020                | Não tinha coordenação (direção assumia o cargo) |                                  | Indicação política<br>Indicação política     |
| 2018            |                        |                                     |   |                                  |  |
| 2019            |                        |                                     |   |                                  |  |
| 2020            |                        |                                     |   |                                  |  |
| 2020            | Cristiane Souza        | maio de 2020 a novembro de 2020     | Não tinha coordenação (direção assumia o cargo) |                                  |  |
| 2021            | Jarsinelândia Melo     | fevereiro de 2021 até presente data | Cleonice Lima                                   | Fevereiro de 2021 até data atual |  |

Fonte: Arquivos da Secretária Municipal de Educação  
Elaboração da Autora (2022)

Nota-se através dos dados da tabela que de 2017 a 2020, que o Diretor assume dupla função: a gestão escolar e a coordenação pedagógica. Essa é outra escola que tem mudança no quadro de direção em 2020, exoneração que antecede o período eleitoral. A nova nomeação aconteceu em maio de 2020 e a exoneração em novembro, mais um Polo sem direção no mês de dezembro. Em 2021, uma nova equipe é nomeada para gerir as Unidades Escolares que compõem o polo III. Percebe-se aí a figura do coordenador pedagógico no contexto das escolas representadas.

**Tabela 19 - Gestão escolar por Escola**

| <b>ESCOLA MUNICIPAL ERALDO TINOCO (2017 – 2021)<br/>ESCOLA LEOVIGILDO BITTENCORT (2017 – 2018)</b> |                        |                                 |                               |                                   |  |
|--|------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|--|
| <b>Ano</b>   | <b>Diretor Escolar</b> | <b>Tempo de gestão</b>          | <b>Coordenação pedagógica</b> | <b>Tempo na gestão</b>            | <b>Possível motivos de mudança na gestão</b> |
| 2017   | Tania Lacerda          | Janeiro 2017 a dezembro de 2018 | Jessica Nery                  | Fevereiro 2017 a dezembro de 2017 | Indicação política                           |

|              |                       |  |   |   |                       |
|--------------|-----------------------|--|---|---|-----------------------|
| 2018         |                       |  | Cícera Sudário                                      | Fevereiro a dezembro de 2018                  | Indicação política    |
| 2019<br>2020 | Fernanda<br>Jaqueline | Janeiro 2019<br>a dezembro<br>de 2020  | Jessica Nery  | Fevereiro de<br>2019 a<br>dezembro de<br>2020 |                       |
| 2021         | Thamires Peixoto      | fevereiro<br>2021 até<br>presente data | Jessica Nery<br>(Educação<br>infantil ao 5º<br>ano) | Fevereiro de<br>2021 até<br>presente data     |                       |
|              |                       |  | Erik<br>(6º ao 9º ano)                              | Fevereiro de<br>2021 até<br>presente data     | Indicação<br>política |

Fonte: Arquivos da Secretária Municipal de Educação  
Elaboração da Autora (2022)

Observando a tabela, nota-se que no período de 2017 a 2020, aconteceu mudança de direção escolar em janeiro de 2019. Em 2018, ocorreu mudança na coordenação pedagógica e um nome novo assume a pasta. Em 2019 a coordenadora que assumiu em 2017 retorna ao cargo. Em 2021 novas nomeações da equipe gestora, observamos como fator positivo a permanência da coordenadora que atuava desde 2019 e uma nova nomeação de coordenador para os anos finais do Ensino Fundamental. Observa-se, ainda, que de 2017 a 2020 um coordenador pedagógico respondia por todas as etapas de ensino, a saber: da Educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental.

**Tabela 20 - Gestão escolar por Escola**

| <b>COLÉGIO PROFESSORA MARLENE SANTOS</b> |                        |                        |  |                                   |  |
|--|------------------------|------------------------|--|-----------------------------------|--|
| <b>Ano</b>                               | <b>Diretor Escolar</b> | <b>Tempo de gestão</b> | <b>Coordenação pedagógica</b>                            | <b>Tempo na gestão</b>            | <b>Possível motivos de mudança na gestão</b> |
| 2017                                     | Givaldo Reis           | 2017 a outubro de 2017 | Leilane Pindobeira (educação infantil e series iniciais) | Fevereiro 2017 a dezembro de 2019 |  |

|             |                     |                                      |   |                                      |                    |
|-------------|---------------------|--------------------------------------|---|--------------------------------------|--------------------|
|             |                     |                                      | Terezinha Almeida (6º ao 9º ano)                        | Fevereiro a dezembro de 2017         | Indicação política |
| 2018        | Clarice Reis        | Outubro de 2017 a dezembro de 2020   | Zelia Mota (6º ao 9º)                                   | Fevereiro a dezembro de 2018         |                    |
| 2019        |                     |                                      | Cleonice Lima (6º ao 9º ano)                            | Fevereiro de 2019 a novembro de 2020 |                    |
| 2020        |                     |                                      | Jarsineladia Melo (educação infantil e series iniciais) | Fevereiro de 2020 a novembro de 2020 |                    |
| 2021        | Leandro Bomfim      | fevereiro de 2021 até presente data  | Zenilda Andrade (6º ao 9º)                              | Fevereiro a dezembro de 2021         | Indicação política |
|             |                     |                                      | Ana Galvão (educação infantil)                          | Fevereiro de 2021 até presente data  |                    |
|             |                     |                                      | Cristiane Souza (1º ao 5º)                              | Fevereiro de 2021 até presente data  |                    |
| <b>Ano</b>  | <b>Vice Diretor</b> | <b>Tempo de gestão</b>               | <b>Possível motivos de mudança na gestão</b>            |                                      |                    |
| 2017 a 2020 | Luciene Cirqueira   | Fevereiro de 2017 a novembro de 2020 | Indicação política                                      |                                      |                    |
| 2021        | Cleidiane Lima      | Fevereiro a dezembro de 2021         | Indicação política                                      |                                      |                    |

Fonte: Arquivos da Secretária Municipal de Educação  
Elaboração da Autora (2022)

Os dados demonstram que 2017 a 2020 a escola teve duas nomeações de diretor, a 2ª nomeação aconteceu ainda no período letivo de outubro 2017 e ficou até dezembro 2020. Já a vice-direção foi representada por uma única indicação tendo a exoneração em novembro de 2020. A coordenação pedagógica do 6º ao 9º ano teve mudança em 2018 e 2019, já educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental teve mudança no início do ano letivo de 2020. Em 2021 um novo cenário político se instaura, assim, novas indicações assumem a escola,

observamos que cada etapa de ensino recebia nomeação para assumir a coordenação pedagógica. Percebe-se também que o quadro de vice direção tem indicativos para um novo nome.

**Tabela 21 - Gestão escolar por Escola**

| <b>ESCOLA LAUDELINA VILAS BOAS</b> |                        |                                     |   |                                      |   |
|------------------------------------|------------------------|-------------------------------------|---|--------------------------------------|---|
| <b>Ano</b>                         | <b>Diretor Escolar</b> | <b>Tempo de gestão</b>              | <b>Coordenação pedagógica</b>   | <b>Tempo na gestão</b>               | <b>Possível motivos de mudança na gestão</b>  |
| 2017                               | Jealdia Vieira         | 2017 ate fevereiro 2018             | Cristiane Borges  | Fevereiro de 2017 a dezembro de 2018 | Indicação política  |
| 2018                               |                        |                                     |   |                                      |   |
| 2018                               | Edcarla Andrade        | Fevereiro de 2018 a abril de 2020   | Carla Bomfim  | Fevereiro de 2019 a marco de 2020    | Diretora escolar em maio a dezembro de 2020 assumiu cargo de Secretária Municipal de Educação |
| 2019                               |                        |                                     |   |                                      |   |
| 2020                               |                        |                                     |   |                                      |   |
| 2020                               | Carla Bomfim           | Abril a 02 de setembro de 2020      | Valdineia Andrade   | Abril a novembro de 2020             | Indicação política  |
| 2020                               | Sem nomeação           | Setembro de 2020 a dezembro de 2020 | Dezembro de 2020 a diretora do Polo I assumiu a escola para fechar ano letivo |                                      | Sem informações   |
| 2021                               | Cicera Sudário         | fevereiro de 2021 até presente data | Manoela do Amor Divino  | Fevereiro a dezembro de 2021         | Indicação política  |

Fonte: Arquivos da Secretária Municipal de Educação  
Elaboração da Autora (2022)

Observamos através da tabela que esta foi escola com maior rotatividade da equipe gestora, visto que, no período de 2017 a 2020 houve a nomeação de três diretores. Em 2020, em maio a diretora assumia o cargo de Secretária Municipal de Educação e a coordenadora assumiu a direção da escola. Desse modo, após sua nomeação de maio a setembro do mesmo ano, a escola ficou com o cargo de diretor em aberto até dezembro. Entre 2017 e 2020 a

mudança de coordenadora pedagógica também foi notada. Em novembro de 2020 a escola ficou sem direção e coordenação pedagógica. Com a transição do Poder Executivo Municipal, uma nova equipe foi nomeada para assumir a direção da escola.

Diante da rotatividade que impera na organização da gestão de escolas localizadas no campo, principalmente em ano de eleições municipais, impõe-se ao município a necessidade de efetivar a Meta 19 do PME que determina a materialização da gestão democrática. A escolha de diretores escolares deve contemplar o princípio da gestão democrática, justamente, pela falta de critérios claros, o que se verifica é a prática das indicações políticas para os cargos comissionados e, a escola, é claro, não foge à regra, tão pouco as escolas do campo. Interesses partidários se sobrepõem às necessidades e aos desejos da comunidade escolar que, sem participação efetiva, muitas vezes, tem de receber uma pessoa cuja trajetória se desconhece e, do mesmo modo, os critérios que a conduziram à função.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*Tomando a gestão democrática como uma possibilidade de efetivar uma proposta política e pedagógica nos pressupostos da Educação Popular do Campo, alguns dos seus elementos fundantes são a participação nas tomadas de decisões havendo o compartilhamento de poder, o diálogo como instrumento de organização das esferas que compõem a escola pública, sendo que, havendo o diálogo entre os sujeitos esteja sendo possibilitado às camadas trabalhadoras decidirem os destinos da educação escolar construindo junto um projeto educacional e também de sociedade e haver a descentralização do poder (BIERHALS; PAULO, 2011, p. 03).*

A Educação do Campo é uma conquista dos movimentos sociais que lutam por uma educação orientada pelos interesses e necessidades da população camponesa, levando em consideração seus valores, culturas, identidades e sonhos. A educação do campo surge, portanto, como uma possibilidade de garantir melhores condições de vida à população camponesas, além de contribuir para que esta população permaneça no campo, minimizando o processo de migração para a cidade em busca de melhores condições de vida e novas oportunidades.

No que diz respeito à educação do campo, sua história é marcada pela falta de interação com os camponeses. Diante desse processo, os homens do campo decidem e conquistam direitos no cenário das políticas públicas para a educação, apesar de um longo período de luta pela sua formação e ratificação. Diante desse cenário, buscou-se, no âmbito desta pesquisa, compreender aspectos relacionados a gestão das escolas do campo no município de São Miguel das Matas – Ba. No decorrer da investigação, chegou-se a compreensão que há limites para exercício da gestão democrática no contexto em estudo, apontando, em certa medida, para a possibilidade de desenvolver uma gestão democrática através de ações que possibilitem a descentralização de poder e a participação efetiva de todos que fazem parte da escola.

Desta forma, podemos inferir que a gestão é extremamente importante para uma gerência do contexto educacional, cujos precedentes históricos anunciam distancia entre demandas educacionais e contextos sociais. Todavia, com lutas e viabilização com atores sociais envolvidos no contexto educacional, ganham-se forças os modelos democráticos de gestão, sendo essa, uma perspectiva interessante para defesa do projeto da Educação do/no Campo. Desse modo, torna-se urgente refletir e efetivar um modelo de gestão democrática nas escolas do campo, uma vez que, os princípios da educação do campo defende que se fortaleça as relações entre escola e comunidade, entre sujeitos e seus processos formativos.

Defender a necessidade de gestão democrática na educação do campo nos parece interessante, tendo em vista que seus princípios se aproximam. Se levarmos em conta por exemplo, a escuta dos sujeitos envolvidos no processo educativo e o respeito a um coletivo de vozes na efetivação de um projeto de educação, por essa via, também é possível adotar pressupostos da gestão democrática. Assim sendo, comungamos com as construções de Paro (2010), quando destacamos que a gestão democrática da escola pública no/do campo, permite a elevação da qualidade do processo educativo que acontece no espaço escolar, porém é preciso considerar que o Estado muitas vezes desempenha a coerção sendo omissos em sua tarefa de no espaço da escola pública possibilitar a educação de boa qualidade.

Assim sendo, através da análise documental foi possível perceber que as escolas do campo possuem um PPP, mas verificou-se que o mesmo encontra-se desatualizado e não corresponde ao perfil atual das instituições de ensino. Isso nos leva a concluir que as escolas não pautam suas atividades educativas com base no Projeto Político Pedagógico. A falta de um PPP atualizado pode acarretar diversos problemas nas escolas e também na gestão escolar, pois este é um instrumento que precisa ser revisto e atualizado regularmente para acompanhar as realidades de suas escolas, considerando as demandas de seus sujeitos e espaços.

Nesse sentido, propõe-se à Secretaria Municipal de Educação caminhos possíveis para a construção de um PPP colaborativo, a partir da necessidade de compreender a “lógica” das políticas educacionais e suas implicações para as escolas públicas. Os caminhos são os seguintes: o Colegiado Escolar pode representar e fortalecer a discussão da gestão democrática ao incentivar, convocar e desenvolver mecanismos que chamem a atenção e motivem a todos, inclusive a comunidade escolar e local, a criar e manter o PPP das escolas de uma forma que beneficie a todos. O grau de comprometimento é a extensão das conquistas alcançadas no espaço político e pedagógico.

Os dados do Censo escolar anunciam um rede escolas, com um público considerado de estudantes que merecem e devem ter seus direitos a educação garantidos e, neste caso, uma educação no/do campo, que respeite suas identidades, culturas e modos de vida de suas comunidades. Aqui, denuncia-se que ainda que tenham argumento, conforme companhia do MST, *fechar a escola do campo é crime*, por isso, acredita-se que neste e em outros aspectos a gestão democrática auxilia sobremaneira a proposta de defesa por uma educação do campo.

No caso do PME os planos em vigor (2015-2025) e que está em consonância com o PNE (2014-2024), ambos definem como meta 19, que seja efetivada a gestão democrática da educação nas escolas públicas, a partir da análise dos dados observou-se que nas escolas do campo do município de São Miguel das Matas, o acesso ao cargo de diretor de escola ainda é

baseado em indicações políticas. Esta situação contraria o argumento de vários autores, as políticas que regem a legislação nacional, bem como as esperanças democráticas de toda a comunidade educativa.

Seguindo a discussão realizada neste trabalho, chegamos à conclusão que é preciso acreditar que a educação é necessária para a democratização da sociedade, tendo em vista que ela produz conhecimentos ao longo do tempo e atua como força necessária no contexto das relações de poder. A escola é uma das principais instituições sociais que possibilita a promoção da justiça social na sociedade, e neste cenário, inclui-se as escolas do campo. Ademais é possível inferir que, a gestão democrática nas escolas do campo torna-se extremamente importante, pois proporciona o trabalho colaborativo e compartilhado em prol de um mesmo objetivo: melhorar a qualidade educacional e, por conseguinte melhorar as condições existenciais dos sujeitos e de suas comunidades.

Por fim, é possível concluir que ficou evidente a necessidade e a urgência de uma mudança de paradigma no campo da administração educacional. A eleição de diretores tem sido uma das formas mais eficientes de alcançar um processo participativo e democrático, no entanto, nos parece que há ainda muito trabalho a ser feito para alcançar isso em escala nacional. Acredita-se que, a democratização da gestão educacional deve se basear em fatos sociais e históricos, com a premissa de que as instituições educacionais surgem da construção humana, que se dá por meio do trabalho.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Luiz Gilberto. Educação no campo: recortes no tempo e no espaço. In: NETO, Luiz Bezerra. A educação rural no contexto das lutas do MST. (Org.). Campinas- SP: Autores Associados, 2009. p. 1-21.

BIERHALS; PAULO. Gestão Democrática Na Escola Pública Do Campo. Anais do AEPPA/UFRGS, 2011. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/imagens/Anais/Eixo%2004/Patr%C3%ADcia%20Rutz%20Bierhals%20e%20Fernanda%20dos%20Santos%20Paulo.pdf>. Acesso em 18 de fevereiro de 2022.

BRASIL, Lei n. 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Brasília, 1996.

BRASIL. CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília, 2002.

BRASIL.CNE/CEB. Resolução CNE/CEB 1, de 3/11/2016. Brasília, 2002. p.18-25.

BRASIL. Parecer CNE/CEB N.º:1/2006. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), Brasília, 2006.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL, MEC; Programa Nacional de Educação do Campo: Pronacampo. Brasília/ DF: MEC, Março de 2012.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, DECRETO N.º 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. A política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: In: Sobre Educação do Campo. Uma Educação do Campo 2002. Por uma educação do campo, n.º 4, p.18-25.

CALDART, Roseli S. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade. In Miguel G. Arroyo, Roseli Caldart, & Mônica Molina (Orgs.), Por uma educação do campo (pp. 147-158). Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Educação do Campo; Políticas Públicas. 2. Reforma Agrária. 3. Movimentos Sociais. Bernardo Mançano Fernandes ... [et al.]; organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. – in; Sobre Educação do Campo. Brasília: Inca; MDA, 2008, p. 67-84.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. Diretrizes de uma caminhada. (Orgs.). 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Cap. 4, p. 133-145.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J.C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J.C. Democratização da Escola Pública - a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. 20 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Licínio Carlos. A escola como organização e a participação na organização escolar. 2. ed. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1998.

LIMA, Licínio Carlos. Organização Escolar e Democracia Radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

LÜCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. In: Série: Cadernos de Gestão. Petrópolis: Vozes. 2013.

MARTINS, Fernando José. Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar. Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2009.

MARTINS, Fernando José - A escola e a educação do campo. Fernando José Martins. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. In: Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 326 – 332.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010. SANTOS, Aline Teles; MIRANDA, Edinaldo Ferreira. Educação rural, versus educação do campo: paradigmas e controvérsias. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, 2017, p 134-146.

SILVA, João Carlos. A Escola Pública no Brasil: Problematizando a questão. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 15 (2) 25-32, dez. 2007.

SILVA, Lidiane Rodrigues Câmpelo et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: Anais do IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE) E III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. Paraná: 78 outubro de 2009. p. 4554 a 4566. Disponível em: [www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/). Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. A Pesquisa e a Produção de Conhecimentos. Introdução à pesquisa científica em educação. UNESP. Disponível em: [www.acervodigital.unesp.br](http://www.acervodigital.unesp.br). Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.